

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

**ARQUIVO PARA TODOS:
ACESSO E MEDIAÇÃO INFORMACIONAL PARA USUÁRIOS COM
DEFICIÊNCIA NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL**

Alice Tavares da Silva

Rio Grande, fevereiro de 2022.

Alice Tavares da Silva

**ARQUIVO PARA TODOS:
ACESSO E MEDIAÇÃO INFORMACIONAL PARA USUÁRIOS COM
DEFICIÊNCIA NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia pelo curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG.

Orientadora: Me. Andrea Gonçalves dos Santos

Rio Grande
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

A Banca Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia

**ARQUIVO PARA TODOS:
ACESSO E MEDIAÇÃO INFORMACIONAL PARA USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA
NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Elaborada por
Alice Tavares da Silva

Como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Arquivologia

BANCA EXAMINADORA:

Me. Andrea Gonçalves dos Santos (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Dr. Rafael Aparecido Moron Semidão
Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Dr. Bruno Henrique Machado
Universidade Estadual Paulista - UNESP

Rio Grande, 25 de fevereiro de 2022.

*“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres.”*

(Rosa Luxemburgo)

RESUMO

Esta monografia tem o propósito de investigar a existência e a aplicabilidade de políticas públicas inclusivas de acesso informacional e de ações de mediação informacional com pessoas com deficiência no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Tal estudo surge na tentativa de fomentar e agregar nas pesquisas sobre usuários, efetivos ou potenciais, com deficiência que as instituições arquivísticas públicas atendem. Para tanto, esse estudo de caso de caráter qualitativo e exploratório, de natureza básica e abordagem dialética, realizou-se por meio de análise e de interpretação dos dados coletados através de investigação bibliográfica e de instrumento de coleta de dados aplicado na instituição. Ao levar-se em consideração a proposição do trabalho, foi possível investigar quais políticas públicas de acesso à informação e de acessibilidade são implementadas na instituição e de que formas elas são postas em prática; e avaliar boas práticas de mediação informacional inclusiva aplicadas ou aplicáveis no respectivo Arquivo, que favorecem a acesso à informação de pessoas com deficiência. A instituição implementa satisfatoriamente políticas de acesso à informação, assim como apresenta diversas ações de mediação informacional que beneficiam o grupo de usuários analisado. Necessita-se a correção de falhas para que a aplicabilidade de políticas públicas inclusivas na instituição seja eficaz, em especial, na acessibilidade atitudinal e arquitetônica. Deve-se futuramente investigar de forma minuciosa como a instituição e seus atores interpretam e aplicam internamente cada uma das políticas públicas. Conclui-se que a instituição arquivística atua em prol do acesso à informação de seu acervo e desenvolve práticas de mediação informacional com a comunidade de forma plena, e as políticas públicas inclusivas são gradualmente inseridas e implementadas nas suas atividades arquivísticas, para a promoção de um acesso informacional cada vez mais ético, isonômico e autônomo.

Palavras-chave: políticas públicas inclusivas; acesso à informação; mediação informacional; usuários de arquivo; pessoas com deficiência.

RESUMEN

Esta monografía tiene como objetivo investigar la existencia y aplicabilidad de políticas públicas inclusivas para el acceso a la información y acciones de mediación informativa con personas con discapacidad en el Archivo Público del Estado de Rio Grande do Sul. Este estudio surge en un intento de incentivar y sumar a la investigación sobre los usuarios, efectivos o potenciales, con discapacidad que atienden las instituciones públicas de archivo. Por lo tanto, este estudio de caso cualitativo y exploratorio, de carácter básico y enfoque dialéctico, se realizó a través del análisis e interpretación de los datos recolectados mediante de la investigación bibliográfica y un instrumento de recolección de datos aplicado en la institución. Fue posible indagar qué políticas públicas de acceso a la información y accesibilidad se implementan en la institución y de qué manera se ponen en práctica; y evaluar las buenas prácticas de mediación informativa inclusiva aplicadas o aplicables en el Archivo, que favorezcan el acceso a la información de las personas con discapacidad. La institución implementa satisfactoriamente políticas de acceso a la información, así como presenta diversas acciones de mediación informativa que benefician al grupo de usuarios analizado. Es necesaria la corrección de falencias para que la aplicabilidad de las políticas públicas inclusivas en la institución sea efectiva, especialmente en la accesibilidad actitudinal y arquitectónica. A futuro, es necesario investigar a fondo cómo la institución y sus actores interpretan y aplican internamente cada una de las políticas públicas. Se concluye que la institución archivística actúa a favor del acceso a la información de su acervo y desarrolla prácticas de mediación informativa con la comunidad de manera plena, y paulatinamente se insertan e implementan políticas públicas inclusivas en sus actividades archivísticas, para promover un acceso a la información más ético, isonómico y autónomo.

Palabras-clave: políticas públicas incluyentes; acceso a la información; mediación informacional; usuarios de archivos; personas con discapacidad.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação de dispositivos legais e normativas que abordam as temáticas de políticas inclusivas e/ou políticas de acesso informacional, e suas respectivas disposições gerais.....	29
Quadro 2: Cronograma das atividades da disciplina do TCC I.....	35
Quadro 3: Cronograma das atividades da disciplina do TCC II.....	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma da APERS	37
Figura 2: Vista Aérea de parte do Centro Histórico de Porto Alegre demonstrando a localização estratégica do APERS	38
Figura 3: Fachada do prédio I do complexo arquitetônico da APERS.....	43
Figura 4: Fachada do prédio II do complexo arquitetônico da APERS.....	43
Figura 5: Fachada do prédio III do complexo arquitetônico da APERS.....	44
Figura 6: Ferramentas de acessibilidade dispostas no sítio eletrônico do APERS ...	46
Figura 7: Exemplo da janela de autenticação aberta no início do procedimento de pesquisa de acervo através do sítio eletrônico institucional.....	48
Figura 8: Parte das atividades de uma ação educativa com público escolar: Oficina de Educação Patrimonial “Os tesouros da família Arquivos”	52
Figura 9: Amostra dos materiais produzidos pelo projeto “AfricaNoArquivo”	54
Figura 10: Exemplo de publicação nas redes sociais da APERS contendo legenda acessível	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

CAPTCHA - Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart

CID-10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

DDA - Distúrbio de Déficit de Atenção

DHDA - Distúrbio de Hiperatividade com Déficit de Atenção db decibel

FADERS - Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

Hz - Hertz

ICA - International Council on Archives

IPHAE - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico de Estado

LAI - Lei de Acesso à Informação

LGBTI - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais

NBR - Norma Brasileira

ONU - Organizações das Nações Unidas

PcD - Pessoa com deficiência

SIARQ/RS - Sistema de Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul

SJCDH - Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos

SPGG - Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de dados aplicado na APERS.....	70
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Tema e delimitação	13
1.2 Problematização	13
1.3 Objetivos	13
1.3.1 Objetivo geral	13
1.3.2 Objetivos específicos.....	14
1.4 Justificativa.....	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 A arquivística e as funções arquivísticas	16
2.2 Mediação da Informação.....	19
2.3 Usuários de Arquivo	20
2.4 Perspectivas e paradigmas sobre as pessoas com deficiência	22
2.5 Políticas públicas inclusivas frente à realidade dos Arquivos e a função social desses espaços.....	27
3 METODOLOGIA	32
3.1 Procedimentos metodológicos	33
3.2 Análise e interpretação dos dados	34
3.3 Recursos	34
3.4 Cronograma das atividades	34
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
4.1. Contextualização da instituição analisada: APERS	37
4.2 Políticas públicas de acesso e acessibilidade informacional	41
4.2.1 Acessibilidade arquitetônica	42
4.2.2 Acessibilidade comunicacional	46
4.2.3 Acessibilidade instrumental	48
4.2.4 Acessibilidade atitudinal	49

4.2.5 Acessibilidade metodológica	50
4.3 Boas práticas aplicáveis ou aplicadas através de mediação informacional aos usuários com deficiência	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
6 REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICES	70

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é resultado da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II realizada no Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e esta pesquisa trata da temática do acesso e mediação informacional arquivística inclusiva, buscando investigar o conjunto de práticas e políticas de acesso à informação e a mediação da informação aos usuários com deficiência no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Todo sujeito, independentemente de sua etnia, gênero, classe social, dentre outras características intrínsecas de cada ser humano, tem direito ao acesso à informação. Entretanto, alguns grupos sociais, como é o caso das pessoas com deficiência (PcD) rotineiramente vivenciam diversas situações de desigualdade, inclusive dentro de espaços como nos Arquivos. Sabe na Arquivologia o quão importante é a execução de uma boa gestão documental nas instituições arquivísticas. Porém, mais do que isso, é premente que esses espaços compreendam as necessidades individuais dos usuários do Arquivo, pondo o usuário na perspectiva de protagonista na sua relação com o arquivista (ou demais profissionais que atuam no Arquivo), oferecendo a ele a promoção do conhecimento e o direito ao acesso pleno.

Políticas públicas e práticas arquivísticas executadas a fim de democratizar o acesso à informação são ações fundamentais na construção de uma sociedade desenvolvida. Além disso, os usuários da informação “buscam conhecer e satisfazer suas necessidades informacionais, bem como buscam o acesso democrático à produção do conhecimento” (GUERRA; VERCHIARO, 2020, p. 40). Por isso a importância da democratização da informação, pois ela deve dar condições para que qualquer indivíduo possa ter mais autonomia com o serviço a ele prestado e assim proporcionar o acesso ao conhecimento (COSTA; SILVA; RAMALHO, 2010). O contexto social que resulta direta ou indiretamente na exclusão das pessoas com deficiência é complexo, logo, o mesmo não ocorre devido uma ação independente.

Cabe às instituições que custodiam acervos informacionais como é o caso dos arquivos públicos, por exemplo, difundir e mediar a informação tendo suas ações voltadas aos interesses e necessidades dos usuários. Ademais, associada as políticas públicas de acesso informacional nos arquivos estão as políticas de difusão institucional, que através da criação e implementação de projetos e programas de educação e/ou culturais, tornam os arquivos espaços de informação mais

acolhedores. Tais boas práticas são estratégias de democracia e democratização cultural/informacional fundamentais para alcançar a mediação arquivística, a qual é um facilitador na relação usuário e informação (ALDABALDE, 2015).

A respectiva pesquisa dividiu-se em cinco seções. A primeira, constituída por esta introdução, abordará o tema e delimitação da pesquisa, assim como a sua problematização, os objetivos gerais e específicos, e a justificativa. A segunda seção está reservada à revisão da literatura e a terceira seção trará em seus subitens os procedimentos metodológicos. O quarto item trata da análise dos dados coletados e discussões sobre o tema da pesquisa e o quinto reserva-se as considerações finais deste estudo.

1.1 Tema e delimitação

Esta pesquisa tem como tema e delimitação realizar a investigação e análise das políticas e práticas de acesso à informação, assim como as ações de mediação informacional arquivística, sob o prisma das demandas dos usuários com deficiência no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS.

1.2 Problematização

Quais ações as instituições arquivísticas podem promover para que o acesso à informação de pessoas com deficiência seja mediado de maneira mais ética e isonômica, conforme prevê a legislação vigente, preocupando-se com as necessidades informacionais desse grupo de usuários?

1.3 Objetivos

Este item apresenta o objetivo geral e os objetivos específicos propostos para a pesquisa, que são a base para a construção e desenvolvimento de todo o trabalho.

1.3.1 Objetivo geral

A inserção e o uso ativo de políticas inclusivas de acesso informacional em Arquivos através de práticas de difusão e mediação arquivísticas são iniciativas de

grande proficuidade para que a sociedade possa usufruir destes espaços de informação e de cultura de uma sociedade. Sendo assim, este trabalho tem como propósito investigar a existência e/ou aplicabilidade de políticas públicas inclusivas de acesso informacional e de ações de mediação com o grupo de usuários de pessoas com deficiência no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

1.3.2 Objetivos específicos

Para atingir o propósito geral deste trabalho, serão necessários os seguintes objetivos específicos:

- Realizar um levantamento sobre a instituição analisada, para compreensão de atividades de gestão documental e demais serviços prestados que influenciam na acessibilidade ou acesso informacional;

- Identificar na instituição analisada a existência de políticas que tratem de acesso à informação e acessibilidade dos acervos, e como tais políticas são implementadas;

- Apontar boas práticas aplicadas/aplicáveis na instituição arquivística ou executadas pelos arquivistas ali atuantes, em benefício do acesso informacional por meio de ações de mediação informacional que contemplem os usuários com deficiência.

1.4 Justificativa

Esta pesquisa justifica-se pela sua relevância por tratar de um tema ainda pouco explorado no campo da Arquivologia, uma vez que há uma carência de estudos que abordem o tema de acesso e mediação da informação, através da pesquisa científica da Arquivística destinada às necessidades do grupo de usuários de pessoas com deficiência - PcD.

Em vista disso, tal estudo na área de acesso e mediação nos arquivos, surge na tentativa de fomentar e agregar nas pesquisas sobre o grupo de usuários efetivo ou potencial de pessoas com deficiência que as instituições arquivísticas públicas atendem, e conseqüentemente pretende-se que a pesquisa sirva como incentivo para implementação das políticas públicas inclusivas por parte dos diversos sujeitos que constroem e mantém esses espaços arquivísticos. Analogamente, deseja-se que este

trabalho possa auxiliar na percepção sobre a importância das práticas de mediação nos procedimentos arquivísticos executados, em especial para o acesso ao grupo de usuários analisado, promovendo assim a democratização dos Arquivos, assim como a mediação da informação com o enfoque nos interesses e necessidades informacionais dos usuários, prestando um acesso de maneira ética e isonômica, e assim, enaltecendo o papel social desses espaços.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção, serão descritos alguns tópicos necessários ao desenvolvimento deste trabalho, sendo estes devidamente fundamentados acerca dos objetivos propostos.

2.1 A arquivística e as funções arquivísticas

Os Arquivos possuem uma trajetória histórica longa enquanto espaços criados e presentes nas sociedades. Em contrapartida, o caráter científico dado à Arquivologia é recente, sendo desenvolvida e posta em prática a partir da segunda metade do século XVIII (LOUSADA, 2015). A Arquivologia é conceituada conforme Heredia Herrera (1991, p. 29) como “a ciência dos arquivos”, identificando-a por um viés científico, assim como Castro, Castro e Gasparian (1988, p. 25) que definem a “Arquivologia é a ciência dos Arquivos (...), conhecimentos teóricos e práticos relativos à organização de Arquivos e às tarefas do Arquivista”. Dito isso, esta pesquisa aborda a Arquivologia pelo seu caráter científico, ou seja, trata da Arquivologia enquanto ciência.

A Arquivística pode ainda ser classificada temporalmente, segundo Schmidt (2012), em três perspectivas: a Arquivologia Clássica delimitada entre a Revolução Francesa até pós Segunda Guerra Mundial, a Arquivologia Moderna até o final da década de 80, e a Arquivologia Contemporânea até os dias atuais. A fim de identificar uma construção histórico epistemológica da perspectiva de uma cientificidade da área, Schmidt observa que há no Brasil diversas interpretações sobre a temática, tendo a natureza do conhecimento de suas conceituações concebidas como técnica, como prática ou disciplina.

Com o desenvolvimento da Arquivística, alguns fundamentos teóricos se estabeleceram enquanto outros são hoje questionados com o advento das tecnologias nas etapas de produção e do gerenciamento documental. Na Arquivologia Contemporânea destacam-se duas escolas que compreendem esse pensamento arquivístico: a Arquivologia Tradicional e a Arquivologia Pós-Moderna (LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR, 2012). A primeira citada tem em seu cerne a percepção dos arquivos como fontes de pesquisa para a História, já a Arquivologia Pós-Moderna é composta por três abordagens de estudo: a Arquivística Integrada, a Arquivística

Funcional¹ e a Diplomática Contemporânea²(LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR, 2012). Dentre as abordagens aqui citadas, a Arquivística Integrada, desenvolvida por Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, é uma Arquivística que se atenta com todos os processos da informação, desde sua criação até a sua destinação, e sendo assim, o arquivista é o responsável por todo ciclo de vida do documento (LOPES, 1996). Tal contextualização é importante para compreensão da abordagem de estudo este estudo leva em consideração.

Através do princípio da Arquivística Integrada de Rousseau e Couture (1998), propõem-se sete funções arquivísticas, as quais desempenham atribuições relevantes na manutenção dos princípios do Respeito aos Fundos³ e do Respeito à Ordem Original⁴. As funções arquivísticas são as seguintes:

-Produção: abrange a concepção dos documentos gerados de maneira orgânica pelo órgão (FANTINEL, 2017);

-Aquisição: refere-se à entrada de documentos no arquivo, podendo ser por transferência, recolhimento ou doação (FANTINEL, 2017);

-Classificação: que organiza os documentos de um arquivo através do uso de um plano de classificação (ARQUIVO NACIONAL, 2005);

-Avaliação: que cuida dos procedimentos de identificação e de valoração dos documentos de arquivo, os quais definem o prazo de guarda e a eliminação dos mesmos (ARQUIVO NACIONAL, 2005);

-Preservação: refere-se ao conjunto de técnicas e estratégias com o propósito de prevenir a deterioração e os danos em documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005);

-Descrição: se refere ao conjunto de procedimentos com a finalidade de elaborar um instrumento de pesquisa através da análise prévia dos elementos formais e do conteúdo dos documentos (ARQUIVO NACIONAL, 2005); e

¹ Fundamentada por Hugh Taylor e Terry Cook. Segundo Tognoli e Guimarães (2011, p.26), o princípio basilar da Arquivística Funcional é “utilizado para a análise funcional nos contextos e processos de criação dos documentos”.

² Representada por Luciana Duranti. Segundo Tognoli e Guimarães (2011), a metodologia desta abordagem “engloba os fatos e atos, os procedimentos que os geraram, as pessoas que trabalharam na criação do documento e a função impregnada nesse documento” (p. 34), sendo assim, percebe-se que “o diálogo entre informação e documento de arquivo também encontra um espaço privilegiado” (p. 32).

³ Elaborado pelo historiador francês Natalis de Wailly. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 136), o Princípio do Respeito aos Fundos ou Princípio da Proveniência é aquele em que o “arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado ao de outras entidades produtoras”.

⁴ Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.137) o Princípio aquele em que o “arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu”.

-Difusão: é descrita como um conjunto de ações voltadas à divulgação, aprimoramento, transmissão ou disponibilização de informações ou ainda em informações contidas em documento de arquivo aos usuários (CHARNONNEAU, 1999 *apud* PEREIRA; DA SILVA, 2019).

Com relação a função arquivística de difusão, um aspecto frequentemente observado é que tanto a instituição quanto os agentes que a constituem ao executarem atividades de tal função, assim como ao executar ações voltadas às formas de acesso ou ao elaborar seus instrumentos de pesquisa, negligenciam um sujeito fundamental na construção e manutenção dessas práticas: o usuário de arquivo, da mesma forma que também se esquecem dos potenciais usuários. Atrelado a isso, vê-se uma escassez nas pesquisas sobre práticas de difusão, a qual se acentua ainda mais nas pesquisas que abordem temáticas envolvendo os usos e os usuários de arquivo (PARRELA, 2020). Alinhada a tal perspectiva, fica clara a função social do arquivo delineada por Bellotto (2006) que descreve que

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa (BELLOTTO, 2006, p. 227).

Embora as ações de difusão e a relação dos Arquivos com os usuários sejam abordadas por Bellotto (2006) como uma função coadjuvante ao propósito de existência dos arquivos públicos, ressalta-se que os Arquivos são constituídos de uma dimensão social⁵ a qual constitui um elemento essencial para que sejam de fato espaços informacionais, e que através da difusão e mediação se tornam espaços vivos, os quais são apropriados pela comunidade que se identifica historicamente.

Vale ressaltar que mesmo com a evidente importância das ações de difusão dos arquivos, tais ações são um processo de dinâmica unilateral, não sendo

⁵ O conceito de “dimensão social” abordado no trabalho a compreende como um conjunto formado pelos atores sociais, seus relacionamentos, suas práticas e *práxis*, a tecnologia e o contexto, conceito este trazido por Giddens (2003).

necessária a participação ativa dos usuários para que ela ocorra. Percebe-se que Arquivos não são apenas gabinetes de leitura ou salas de consulta. Logo, para além da difusão, é necessário também a execução de processos de dinâmica interativa os quais possam construir Arquivos capazes de aproximar os usuários desses fundos e objetos de custódia arquivística. Como resultado, tais processos geram a identificação e apropriação dos usuários com o conteúdo desses acervos, o que por consequência contribui na visibilidade de diversos grupos e sujeitos, e no direito de acesso a todos indivíduos (ALDABALDE, 2015).

2.2 Mediação da Informação

Dentro do contexto apresentado a pouco, percebe-se que diversos processos de mediação da informação, que estão presentes de forma implícita e explícita em diversos processos arquivísticos⁶, evidenciam sua função arquivística crucial na formação e na execução de suas atividades, com enfoque dos arquivos nas necessidades informacionais dos usuários (LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR, 2012). Salienta-se que este tema ainda está sendo consolidado teoricamente dentro da Arquivologia, logo, ele é ainda pouco explorado de forma adequada (LOUSADA, 2016).

Segundo Rabello e Almeida Júnior (2020), a partir de uma revisão sobre as abordagens de modelos informacionais, dentre eles os modelos físico, pragmático e social, os quais em algum grau tem concepções complementares entre si, observa-se que no decorrer do tempo ocorre gradualmente uma ressignificação do conceito de sistema de informação, o qual busca subsídios para produção, uso e apropriação de conhecimento desses registros informacionais. Ao complementar tal raciocínio os

⁶ A conceituação de mediação implícita e explícita é descrita neste trabalho baseada em Almeida Júnior (2009, p.92-93), que descreve a mediação implícita como aquela que “ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários”. Em contrapartida, a mediação explícita “ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que tal presença não seja física”.

O que ao contextualizar-se nas práticas arquivísticas implica em, no caso da mediação implícita, “ações realizadas pelo arquivista sem a presença do usuário, como: diagnóstico; produção documental; avaliação; tramitação dos documentos; transferência; conservação e restauração dos documentos, entre outras”, e na mediação explícita “contempla aquelas ações deflagradas na presença (física ou remota) do usuário: atendimento ao pesquisador, historiador, cidadão etc.; entrevista de referência; exposições e palestras etc” (SANTOS NETO; BORTOLIN, 2020, p. 148).

autores descrevem brevemente a evolução da perspectiva e conceito de mediação da informação até seu momento atual, onde

Os estudos atuais de mediação da informação só a entendem a partir de um olhar social, mas abrangendo todo o fazer das unidades de informação (mediação implícita e mediação explícita da informação).[...] A preocupação das unidades de informação, ainda dentro da atual concepção da mediação da informação, não está mais afeita apenas ao fornecimento de materiais (entendido como paradigma do acesso), mas visa a apropriação da informação, ou seja, o interesse se desloca do fornecimento de materiais para o entendimento, mesmo que parcial, da informação por parte do usuário (RABELLO; ALMEIDA JÚNIOR, 2020, p. 6-7).

Ao desempenhar a mediação através de práticas de acesso informacional na execução de tais processos, devem-se considerar as etapas de conexão e interação, ou seja, considera-se respectivamente as barreiras e as práticas envolvidas na identificação e no contato com as fontes, e também “contempla as práticas envolvidas durante o encontro de uma fonte de informação, bem como estratégias para enfrentar as barreiras existentes no processo” (MCKENZIE, 2003 *apud* GOULART; KAFURE, 2021, p.8). Além disso, nos procedimentos de mediação informacional entre os mediadores e os usuários com deficiência, é necessário que haja uma postura cooperativa entre ambas as partes, que refletirá numa convivência interdependente, porém autônoma. Isso porque “o reconhecimento da autonomia e da interdependência entre pessoas num mesmo ambiente pode gerar um campo afetivo e de solidariedade em que a cooperação mútua entre os indivíduos se estabelece como forma de interação social” (KAFURE MUÑOZ; IORIS; PEREIRA, 2021, p. 38).

As ações de mediação não se restringem as situações em que o usuário tem o contato com a documentação, e, conseqüentemente, obtém informações. A mediação está presente em todas as ações do arquivista, inclusive na execução de atividades técnicas. Dentro deste contexto, vale destacar que o usuário para uma instituição consciente da necessidade de mediação deve ser compreendido como um sujeito ativo no processo informacional, e não um mero receptor (LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR, 2012).

2.3 Usuários de Arquivo

Os usuários da informação podem ser identificados em duas tipologias, os reais ou efetivos, e os potenciais ou passivos (OLIVEIRA, 2013). O primeiro citado trata dos

usuários que utilizam os espaços de informação, já os potenciais ou passivos, são os podem utilizar desses espaços, mas que por qualquer razão não os usufrui. Tal identificação auxilia na mensuração das necessidades de informação possíveis dentro dos arquivos. Além disso, a identificação das características dos mais diferentes usuários, valora processos como da elaboração de instrumentos de pesquisa nas instituições arquivísticas. Logo, é essencial o profissional da informação compreender as necessidades de informação dos usuários, para então prestar um serviço mais eficiente e eficaz (SANTANA; GARCIA, 2018). No entanto, tal perspectiva sobre a importância da compreensão das demandas dos usuários nem sempre foi vista desta forma pela área da Arquivologia.

O paradigma nos serviços de informação vem se transformando com o passar do tempo, de uma obsoleta abordagem emissor-receptor da informação para aquela voltada ao receptor-usuário (JARDIM, FONSECA, 2004). Tal modelo proposto por Jardim e Fonseca (2004) é reiterado com a afirmativa de que “arquivistas não servem aos arquivos, mas à sociedade e seus diversos agentes” (p. 1) apesar de “a preocupação com o acesso aos arquivos não parece estar calcada numa perspectiva efetivamente dialógica envolvendo arquivista, arquivos e usuário” (p. 4).

Os Arquivos vêm passando nas últimas décadas por uma mudança de paradigma, de uma perspectiva mais técnica para um panorama voltado mais as necessidades sociais, resultado das mudanças sociais e culturais, que repercutiram diretamente nas reflexões e debates na área arquivística, a fim de então disponibilizar aos usuários Arquivos mais transparentes, indo ao encontro também com os direitos básicos constitucionais de acesso à informação. Apesar das discussões envolvendo a temática de estudos de usuários ser uma pauta em constante ascensão na Arquivologia, ela ainda se mostra coadjuvante perante temas voltados ao tratamento técnico, e até mesmo às questões que abrangem a área de tecnologia dos arquivos, as quais são mais recentes. Logo, vê-se que há um descompasso do assunto se comparado as necessidades e demandas atuais dos Arquivos (VITORIANO, 2021).

Os arquivistas, por sua vez, devem atuar e lidar tanto com informações registradas nos mais diversos suportes, quanto com os usuários que atendem e que solicitam o acesso a tais informações. Segundo Lousada, Almeida Júnior e Valentim (2011), o usuário de arquivo é um tema que tem gradualmente alcançado notoriedade na área, onde observa-se que “atualmente há a preocupação de disponibilizar

informações a fim de atendê-los” (LOUSADA; ALMEIDA JÚNIOR; VALENTIM, 2011, p. 258).

Diante de tal perspectiva, cabe ao arquivista observar as demandas dos usuários e os recursos que possui para dispor a informação da melhor maneira, facilitando o acesso aos Arquivos ao maior número possível de pessoas, e assim, oferecer à sociedade o melhor serviço informacional, sem distinções.

2.4 Perspectivas e paradigmas sobre as pessoas com deficiência

Estima-se que no mundo existam mais de um bilhão de indivíduos com algum tipo de deficiência⁷, das quais em sua maioria carecem de muitos direitos básicos, como saúde, educação e informação. Tais pessoas experienciam cotidianamente situações de segregação, desbrio e desigualdade nos mais diversos espaços da sociedade. A falta de pertencimento perante a sociedade diante a marginalização da inclusão enquanto pauta de discussão em diversos meios, como na elaboração de políticas públicas, motiva o sentimento de insegurança na comunidade de pessoas com deficiência (LOPES, 2017).

A normatização legal do conceito social da deficiência no Brasil teve forte crescimento nas primeiras décadas do século XXI, o que resultou na adequação da avaliação da deficiência quanto ao acesso às políticas e serviços cujo critério de acesso recomenda a respectiva avaliação. A legitimação da Convenção Internacional Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência⁸, em 2008, consolida a perspectiva social da deficiência no país, sendo considerado um marco legal e histórico. Nele a deficiência é conceituada como “uma experiência relacional do corpo com impedimentos e a diversidade de barreiras que se apresentam na vida cotidiana em sociedade, culminando em restringir a participação dessas pessoas” (BARBOSA; BARROS, 2020).

Para a garantia da acessibilidade nos espaços públicos no Brasil, é necessário que a pessoa consiga participar, produzir, se expressar nesses ambientes. E para isso, é necessário buscar a implementação das dimensões de acessibilidade nos mais

⁷ Segundo Relatório sobre Deficiências e Desenvolvimento de 2018 da Organização das Nações Unidas. (ONU).

⁸ No Brasil tal Convenção é representada legalmente pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

diversos contextos para que as pessoas com deficiência tenham igualdade de oportunidades com as demais pessoas (SALASAR, 2020). Pois a acessibilidade, segundo Guerra e Vechiato (2020, p. 46), deve estar presente nos espaços, “no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, inclusive nos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público”. Segundo Sasaki (2009), os requisitos básicos identificáveis para averiguação de um espaço adequadamente acessível, também nomeada como dimensões de acessibilidade⁹, são as seguintes:

-Acessibilidade Arquitetônica: não há barreiras ambientais físicas;

-Acessibilidade Comunicacional: sem barreiras na comunicação entre as pessoas, na escrita ou virtual;

-Acessibilidade Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho e educação;

-Acessibilidade Instrumental: não há barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, trabalho, lazer e recreação;

-Acessibilidade Programática: sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas ou regulamentos; e

-Acessibilidade Atitudinal: não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações nos comportamentos da sociedade para a pessoa com deficiência.

Ao longo da história, a deficiência foi tida como um fator desencadeante da discriminação, legitimando assim a segregação e extermínio da pessoa que convivia com ela (LOPES, 2017). Segundo o autor,

[...] o estigma atribuído a este caractere – a deficiência – é fruto de uma sociedade incapaz de lidar com as diferenças: só me torno deficiente no instante em que o ambiente e as relações que estabeleço neles transformam a lesão em empecilho ao exercício de direitos em semelhança com as demais pessoas (LOPES, 2017, s/p).

Ao abordar-se a temática de acessibilidade e a consequente implementação de qualquer recurso que contemple esse acesso num ambiente público é crucial pontuar também dois conceitos: o capacitismo e o assistencialismo. O primeiro refere-se à

⁹ O respectivo autor, descreve recentemente em seu livro “As sete dimensões da acessibilidade” (s/d), além dos aspectos abordados nesse trabalho, o aspecto da dimensão da “acessibilidade normal”, a qual refere-se a barreiras e obstáculos da natureza. Por este requisito não possuir aplicabilidade ao contexto arquivístico, o mesmo foi desconsiderado.

discriminação às pessoas com deficiência motivado pela deficiência que elas possuem (DIAS, 2013). Segundo Salasar (2020)

É fundamental refletirmos sobre estas situações, pois elas evidenciam o desconhecimento das pessoas que a acessibilidade é um direito e não um favor. [...] temos que dar a devida atenção às nossas falas, aos termos que utilizamos, as nossas ações, para que não corroboremos com a disseminação do capacitismo, gerando mais barreiras de acesso, reforçando estigmas e preconceitos em relação às pessoas com deficiência (SALASAR, 2020, p. 16).

Além disso, observa-se que o capacitismo é um preconceito estrutural e estruturante, que conforme Gesser, Block e Mello (2020),

ele condiciona, atravessa e constitui sujeitos, organizações e instituições, produzindo formas de se relacionar baseadas em um ideal de sujeito que é performativamente produzido pela reiteração compulsória de capacidades normativas que consideram corpos de mulheres, pessoas negras, indígenas, idosas, LGBTI e com deficiência como ontológica e materialmente deficientes (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020, p. 18).

Logo, percebe-se que tal capacitismo estrutural reitera os mecanismos presentes na sociedade para tornar certas vidas mais ou menos inteligíveis e dignas de políticas voltadas à garantia dos direitos humanos (GESSER; BLOCK; MELLO, 2020).

Já no que se refere ao assistencialismo, conforme descreve Salasar (2020), tem relação com as atitudes em que a acessibilidade era vista como um favor. Tal contexto equivocado ocorre ainda atualmente, quando iniciativas como a colocação de uma rampa ou um banheiro adaptado, por exemplo, é executada e disposta à comunidade como um favor, e não como uma garantia de direitos (SALASAR, 2020). Sendo assim, percebe-se que a inclusão¹⁰, a qual é o paradigma social ¹¹atual, deve estar presente e ser a palavra de ordem na elaboração e execução de políticas públicas em espaços públicos.

¹⁰ Segundo Sassaki (2009, p.1) conceitua-se que a inclusão “é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações”.

¹¹ Segundo Sassaki (1997) destaca a importância dos conceitos referentes ao ‘paradigma da inclusão’, pois “os conceitos são fundamentais para o entendimento das práticas sociais. Eles moldam nossas ações e nos permitem analisar nossos programas, serviços e políticas sociais, pois os conceitos acompanham a evolução de certos valores éticos, como aqueles em torno da pessoa com deficiência” (Sassaki, 1997, p. 27).

Outra questão a ser ressaltada refere-se a terminologia adotada para representar as pessoas com deficiência, assim como compreender os tipos de deficiência concebidas e adotadas atualmente. Ao longo da história, as terminologias foram modificadas e adequadas pelo reflexo da perspectiva da sociedade sobre esta comunidade (SASSAKI, 2005). Como relata Queiroz (2009)

Alguns argumentos são repetidos entre pessoas com deficiência a respeito das inúmeras designações atribuídas a elas, como a de que "deficiente" não se remete à deficiência que se tem, mas à qualidade de não ser eficiente.; que "pessoa deficiente" acentua uma qualidade de ineficiência na pessoa; que, caso se portasse uma deficiência, poderia-se deixá-la em casa e partir sem ela e que, assim, não se porta ou não uma deficiência, tem-se uma deficiência; [...] Por outro lado, "pessoa com deficiência" reproduz uma verdade, que é a de se ter uma deficiência, aliada ao fato de que essa deficiência é de uma pessoa (QUEIROZ, 2009, s/p).

Contudo, atualmente o termo utilizado legalmente no Brasil é “pessoa com deficiência¹²”. Segundo Guerra e Vechiato (2020, p. 47), “na tentativa de serem politicamente corretas, as pessoas acabam agindo da maneira menos correta possível, utilizando um vocabulário inadequado” e impensadamente, refletem preconceito e desconhecimento sobre o tema. Salienta-se que o indivíduo pode ter uma única deficiência ou múltiplas deficiências, e estas podem ser divididas em conjuntos distintos: deficiência visual, deficiência motora, deficiência auditiva, deficiência mental e deficiência física. Logo, conforme Guerra e Vechiato (2020) descrevem, de acordo com o Decreto nº 5.296/2004, bem como outros autores, as diferentes deficiências e seus conceitos são abordadas da seguinte forma:

-Deficiência Mental: A Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) a define como uma parada do desenvolvimento ou desenvolvimento incompleto do funcionamento intelectual, caracterizados essencialmente por um comprometimento, durante o período de desenvolvimento, das faculdades que determinam o nível global de inteligência, isto é, das funções cognitivas, de linguagem, da motricidade e do comportamento social; este pode acompanhar outro transtorno mental ou físico, ou ocorrer de modo independentemente;
 -Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor;
 -Deficiência Motora: o comprometimento do aparelho locomotor, que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e, o sistema

¹² As legislações brasileiras que contemplam os direitos voltados à comunidade das pessoas com deficiência que utilizam tal termo estão dispostas no documento “Legislação sobre pessoa com deficiência”, elaborado pela Câmara dos Deputados (2018).

nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida;

-Deficiência auditiva: é a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. A perda parcial ou total da audição pode ser causada por má-formação (causa genética), lesão na orelha ou nas estruturas que compõem o aparelho auditivo. A deficiência auditiva moderada é a incapacidade de ouvir sons com intensidade menor que 50 decibéis e costuma ser compensada com a ajuda de aparelhos e acompanhamento terapêutico. Em graus mais avançados, como na perda auditiva severa (quando a pessoa não consegue ouvir sons abaixo dos 80 decibéis, em média) e profunda (quando não escuta sons emitidos com intensidade menor que 91 decibéis), aparelhos e órteses ajudam parcialmente, mas o aprendizado de Libras e da leitura orofacial, sempre que possível, é recomendado. Perdas auditivas acima desses níveis são consideradas casos de surdez total;

-Deficiência física: é aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (GUERRA; VERCHIARO, 2020, p. 47-49).

Ainda segundo Guerra e Vechiato (2020), há outras classificações não conceituadas como deficiência, porém pela sua condição específica, necessitam de apoio em relação à acessibilidade:

-Pessoas com Altas Habilidades: apresentam desempenho notável ou elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, criatividade ou produtividade, capacidade de liderança, talentos especiais (artes dramáticas, música, etc.), capacidade psicomotora;

-Pessoas com distúrbios de aprendizagem: indivíduos que apresentam distúrbios em um ou mais dos processos psicológicos básicos envolvidos na compreensão ou uso da linguagem falada ou escrita, distúrbio este que se manifesta por uma capacidade imperfeita para fixar atenção, raciocinar, falar, ler, escrever, soletrar ou realizar cálculos matemáticos. Exemplos: dislexia e discalculia;

-Distúrbio de Déficit de Atenção, Comportamento e Conduta: os distúrbios de déficit de atenção (DDA) são também conhecidos como DHDA - distúrbios de hiperatividade com déficit de atenção, ou ainda como transtornos de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Esses distúrbios ocorrem, muito frequentemente, associados a problemas de memória, de linguagem receptiva e expressiva e de habilidades executivas, como o manejo ineficiente do tempo e a desorganização do material escolar (GUERRA; VERCHIARO, 2020, p. 49-50).

Diante disso, compreende-se o quão é indispensável o conhecimento das políticas públicas na construção de espaços inclusivos, incluindo instituições públicas arquivísticas, que garantam o acesso de forma isonômica e autônoma.

2.5 Políticas públicas inclusivas frente à realidade dos Arquivos e a função social desses espaços

As políticas públicas vêm se tornando um tema cada vez mais debatido nas últimas décadas no Brasil, resultando no crescimento das discussões envolvendo as políticas públicas de acesso à informação. Segundo Jaramillo (2006), as políticas públicas são conceituadas como instrumentos de ação para atingir objetivos de interesse comum e bem-estar geral, os quais são construídos não somente pelo Estado, mas principalmente pela sociedade. A Lei de Acesso à Informação – LAI¹³ é um reflexo desse movimento, sendo que ela prevê que órgãos e entidades públicas possam garantir o acesso de suas informações a qualquer cidadão¹⁴(BRASIL, 2011).

Para a concepção e manutenção e aplicação de uma política pública, por ser um processo dinâmico, necessita da participação de diversos atores, além de ser inconstante e de demandar diversas reavaliações e alterações ao decorrer do tempo. Além disso, a existência de um aparato legal não é o suficiente por vezes para se identificar a presença ativa de uma política pública. É possível constatar que no Brasil as políticas públicas não consideram os problemas políticos presentes nos arquivos, atendo-se geralmente a um caráter meramente técnico-científico da constituição deles (JARDIM, 2010). A constatação da inexistência de políticas públicas arquivísticas na realidade brasileira provém da análoga “ausência de antecedentes históricos brasileiros nesse aspecto e no locus periférico dos arquivos no Estado e na sociedade” (JARDIM, 2010, p.6).

O direito de acesso à informação, conforme descreve Alves (2020, p. 18), influencia diretamente nos arquivos públicos “no dever de conceder esse direito a todos os cidadãos, além de propiciar o fortalecimento de diversas ações através da difusão, divulgação, disseminação dos acervos arquivísticos de forma democrática”.

¹³ A Lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação (LAI) entrou em vigor em 16 de maio de 2012.

¹⁴ De acordo com o indicado no Decreto nº 6949/2009, que entrou em vigor em 25 de agosto de 2009, e de acordo com o indicado na Lei nº10.098/2000, conhecida também por Lei de Acessibilidade, entrou em vigor em 19 de dezembro de 2000, as quais serão brevemente descritas a seguir.

Alguns grupos sociais vivenciam em seu cotidiano diversas situações de desigualdade, inclusive nos Arquivos, como é o caso das pessoas com deficiência (PcD). O incentivo à acessibilidade é um compromisso social, além de ser um direito fundamental aos PcD's.

Para que a inserção do grupo das PcD na sociedade alcance um patamar de igualdade aos demais, é necessário a criação e implementação de políticas inclusivas, a fim de alcançar a isonomia e autonomia de todos os indivíduos, especialmente no campo da informação (GARCIA, 2012), visto que esse grupo de indivíduos “possuem demandas e comportamentos informacionais singulares, assim como qualquer outra pessoa, para a busca, o acesso e uso das informações e as utilizam nos mais variados contextos” (COSTA, MOREIRA, OLIVEIRA, 2021, p. 90).

Através da investigação e leitura de dispositivos legais e normas que abarquem as temáticas de políticas públicas de acesso informacional e inclusivas, coletou-se uma relação de 10 dispositivos os quais são passíveis de aplicação frente à realidade de instituições arquivísticas públicas a nível estadual no Rio Grande do Sul. Tal relação encontra-se no **Quadro 1**, na página a seguir. A respectiva relação foi essencial para compreensão em linhas gerais sobre o aparato legal brasileiro disponível e os respectivos reflexos legais no cenário gaúcho, e assim vislumbrar o movimento de criação e incentivo de políticas públicas inclusivas e de acesso à informação às instituições públicas.

Com relação aos arquivos da esfera pública, para além da gestão documental, eles possuem em sua maioria uma carência de políticas públicas voltadas aos arquivos, resultante do descaso das autoridades competentes, o que por sua vez acarreta numa difusão, disponibilização e acesso à informação ineficaz. E em resposta a tal realidade, alguns arquivos públicos estaduais elaboraram projetos para adotar o modelo sistêmico na gestão documental dos arquivos da administração pública estadual. Com o apoio legal da Lei 8.159/91, criou-se a noção de Sistemas de Arquivos¹⁵, assim como projetos, políticas e outras iniciativas (BELÉM, 2006).

¹⁵ Segundo Belém (2006), Sistema de Arquivos é definido como “o conjunto de arquivos de uma nação, estado, município ou instituição que interagem por meio de diretrizes, normas e políticas visando à preservação de uma totalidade da informação arquivística produzida no seu contexto”.

Quadro 1: Relação de dispositivos legais e normativas que abordam as temáticas de políticas inclusivas e/ou políticas de acesso informacional, e suas respectivas disposições gerais

Dispositivo legal ou normativa	Disposições gerais
Lei Federal nº 10.098/ 2000, ou Lei de Acessibilidade	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida
Decreto Federal nº 5.296/ 2004	Regulamenta as leis nº10.048/ 2000 (trata sobre dar prioridade de atendimento às pessoas que especifica), e 10.098/ 2000
Decreto Federal nº 6949/ 2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo
Lei Federal nº 12.527/ 2011, ou Lei de Acesso à Informação ¹⁶	Prevê que órgãos e entidades públicas possam garantir o acesso de suas informações a qualquer cidadão
Decreto Estadual Nº 49.111/ 2012	Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Estadual, a Lei Federal nº 12.527, e cria a Comissão Mista de Reavaliação de Informações da Administração Pública Estadual – CMRI/RS
Lei Federal nº 13.146/ 2015, ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ¹⁷	Visa assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania
Lei Estadual nº 13.320/ 2009	Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Rio Grande do Sul
NBR 9050/ 2020	Norma brasileira de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos
e-MAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico ¹⁸	Recomendações a serem consideradas para o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro de forma padronizada e de fácil implementação
Nota Técnica 01/2014/FADERS ¹⁹	Traz orientações aos servidores envolvendo a terminologia adequada e a acessibilidade dentro dos espaços públicos do Estado do RS

Fonte: Própria autora, 2021.

Os arquivos, ao integrar suas atividades técnicas com suas vertentes de caráter social, com políticas voltadas para o público, independente de qual grupo seja, é capaz de modificar o processo de compreensão do arquivo enquanto um espaço democrático de acesso à informação (CAMPAGNOLI, GRIGOLETO, 2018). Ao avaliar

¹⁶ A Lei Federal nº 12.527/ 2011, ou Lei de Acesso à Informação, é regulamentada pelo Decreto nº 7.724/ 2012.

¹⁷ Lei conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

¹⁸ Institucionalizada pela Portaria nº 03/2007 e atualizada pela Portaria nº 41/ 2019.

¹⁹ Nota Técnica produzida pela Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos – SJCDH do Estado do Rio Grande do Sul.

a informação sob a perspectiva de um instrumento para obtenção da inclusão social, compreende-se que a sua construção e sua capacidade de alcance a todos tem sua significação atrelada ao empoderamento dos cidadãos, o que resulta numa sociedade alicerçada pela comunicação, educação e cultura, onde há o respeito à diferença. O grupo social dos PcD's, segundo Guerra e Vechiato (2020, p.50), detém um aparato legal, "o qual garante o suporte social, econômico, físico e instrumental, favorecendo a sua inclusão social".

A mudança de paradigma por parte da sociedade sobre as pessoas com deficiência acontecerá somente mediante o reconhecimento das dificuldades e desigualdades que esse grupo social possui, onde através da consolidação desse reconhecimento que efetivamente haverá a garantia da promoção dos direitos fundamentais a todos. E por esse motivo, vê-se a necessidade de leis e políticas direcionadas à acessibilidade das pessoas com deficiência, para assim, lhes possibilitar certa autonomia (SILVA; CUSIN, 2020). A partir dessas percepções que se compreende que a exclusão é produto de um contexto social complexo, não ocorrendo devido a uma ação distinta. Os espaços de difusão da informação devem ser voltados aos interesses e necessidades dos usuários (ALMEIDA JÚNIOR, 2020).

Para que os Arquivos efetivamente se tornem espaços de difusão de informação de acordo com as demandas dos usuários, indo além das atribuições de um espaço de preservação e guarda documental, e assim alcançar o seu propósito social, não basta a conscientização da função dos Arquivos por profissionais de Arquivologia que atuem nas instituições. Mais do que isso, é crucial a conscientização de todos os atores que participam da construção e manutenção desses espaços, inclusive da comunidade. A partir da análise do Arquivo como uma fonte de difusão e a importância desses espaços à sociedade, Cabral (2012) descreve que

a mudança de visão sobre a capacidade dos arquivos [...] passa por uma mudança da política institucional e também da visão que os arquivistas possuem da própria profissão, que engloba as funções técnicas essenciais à prática, [...] além de uma dimensão mais educativa, social e cultural (CABRAL, 2012, p. 42).

Deve-se levar em consideração a responsabilidade e a função social dos Arquivos, com a realização e promoção de práticas sociais, educativas e culturais de tratamento, organização e comunicação da informação, como geração, transferência, difusão, armazenamento, recuperação e uso da informação, de forma que os Arquivos

atinjam patamares cada vez mais justos, democráticos e acessíveis (COSTA; SILVA; RAMALHO, 2010). Analogamente, os arquivistas, enquanto profissionais mediadores da informação, devem aprimorar a sua consciência crítica tendo como cerne a responsabilidade individual e coletiva, e levando em consideração o desenvolvimento do seu protagonismo social, o que beneficia a autonomia dos usuários (FARIAS, 2016). Com isso, ao aperfeiçoar sua competência em comunicação, este profissional dialoga e busca compreender as especificidades do outro, identificando o usuário como ator ativo desse processo (BRANDÃO; BORGES, 2021).

Mesmo que o Brasil tenha visivelmente avançado no que se refere à legislação de acesso informacional, a discussão sobre o tema ainda carece de estudos relacionados aos usuários com deficiência e suas necessidades. Somente com tais estudos torna-se possível a aplicação de estratégias mais eficientes de acesso à informação que considerem as especificidades e práticas de diferentes grupos de usuários. O mediador da informação, além da preocupação em ofertar acesso às informações conforme orientam as legislações, necessita também compreender aspectos cognitivos do usuário da mesma forma que instruir-se das práticas sociais de informação, a fim de buscar a garantia do acesso informacional ao potencial usuário (FUJINO, 2017).

Conforme a Declaração Universal sobre os Arquivos, “o livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida” (ICA, 2011). A partir de tal afirmação reitera-se que o profissional que atua na área dos Arquivos deve tomar consciência sobre sua função social, e levar em conta as carências dos usuários que consultam o acervo custodiado por ele. Ao levar em consideração as carências dos consulentes do acervo, o arquivista consequentemente compreende o potencial de uso de cada documento. E ao observar as necessidades dos usuários e agir em prol deles, os pondo na categoria de protagonista desta relação arquivista-usuário, e não somente atuar sob a perspectiva do documento, haverá então um acesso menos excludente, onde o arquivista opera ativamente no desenvolvimento social e na construção do bem-estar dos indivíduos (BARBOSA; FRANKLIN, 2016).

3 METODOLOGIA

Neste tópico será apresentado as características da pesquisa, assim como os procedimentos metodológicos utilizados para contribuir no desenvolvimento da respectiva proposta elaborada, a fim de alcançar os objetivos específicos propostos para possibilitar a investigação sobre políticas inclusivas de acesso informacional e de ações de mediação com o grupo de usuários de pessoas com deficiência no APERS.

O universo delimitado deste estudo compreende a investigação das práticas de mediação e as políticas públicas inclusivas implementadas ou não para as pessoas com deficiência, atendendo às necessidades desse grupo. Além disso, a amostra da pesquisa será a análise desse uso das políticas públicas aos PcD's aplicadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Para realização de tal pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa, a qual baseou-se na “interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados”, ou seja, pesquisa na qual o “processo e seu significado são focos principais de abordagem” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20). Além disso, a abordagem escolhida da perspectiva da sua natureza é a básica, visto que objetiva “gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20), que neste caso o intuito foi de produzir conhecimento sobre o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e os procedimentos de acesso e mediação informacional da instituição.

No que se refere aos objetivos de pesquisa, ela é exploratória, pois conforme Gil (*apud* SILVA E MENEZES, 2005, p. 21), “visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas em torná-lo explícito”, assumindo neste contexto as formas de pesquisa parcialmente bibliográfica e estudo de caso, e descritiva porque visa “descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações variáveis”. Isso porque esta pesquisa tem o objetivo de investigar a presença e a aplicação de políticas inclusivas de acesso à informação e as ações de mediação com os usuários com deficiência no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Já do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa classifica-se como bibliográfica, visto que sua elaboração foi concebida através de materiais científicos já publicados, além de um estudo de caso sobre o APERS, onde tal tipo de estudo é conceituado como uma pesquisa que compreende um estudo profundo de um objeto

de forma que se admita o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 1991 *apud* SILVA; MENEZES, 2005). Em razão disso, foi necessário executar previamente uma pesquisa bibliográfica sobre o tema analisado envolvendo a instituição.

Quanto ao método de abordagem, segundo Lakatos e Marconi (2021), ele engloba as formas de abordagens a serem definidas para a pesquisa, podendo ser métodos indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo ou dialético. Nesta pesquisa, adotou-se uma abordagem indutiva, pois a partir das observações sobre casos reais que gera-se “as constatações particulares que levam à elaboração de generalizações” (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993 *apud* SILVA; MENEZES, 2005, p. 26).

Como esta pesquisa possui um caráter qualitativo, o tratamento dos dados sucedeu-se por meio de análise e de interpretação dos dados, alinhados com a teoria de forma articulada, a fim de interpretar e avaliar sob olhar crítico as boas práticas de acesso informacional aplicadas na instituição arquivística, assim como avaliar as ações potenciais que podem ser implementadas no local em benefício do acesso informacional do grupo de usuários analisado.

3.1 Procedimentos metodológicos

Neste item está disposta a elaboração da pesquisa, de acordo com as etapas da qual será composta. Primeiramente, foi definido o tema e o problema da pesquisa, assim como os seus objetivos, para após realizar a revisão bibliográfica para o embasamento da pesquisa. Em seguida, definiu-se os instrumentos de coleta de dados que serão utilizados, assim como o método para obter estes dados. Nesta pesquisa, para a realização do estudo de caso, foi realizado um primeiro contato com a instituição, apresentando a proposta e justificativa da pesquisa. Após isso, definiu-se o instrumento de coleta de dados aplicado na instituição que foi por meio de aplicação de questionário, o qual teve sua elaboração em suma embasada no referencial teórico coletado.

O instrumento de coleta foi dividido em seis etapas (assuntos): Informações gerais da instituição analisada; Características do acervo e das instalações da instituição; Informações gerais sobre o acesso informacional; Perfil dos usuários da instituição: usuários com deficiência; A acessibilidade na instituição; Políticas públicas inclusivas frente a realidade dos Arquivos. Vale pontuar que para a elaboração da etapa “A acessibilidade na instituição” teve-se como base o referencial teórico

abordado nos itens 2.4 e 2.5 deste trabalho, além da referência do instrumento construído por Nicoletti (2010), com as devidas adaptações e adições necessárias para refletir a realidade de um Arquivo, sendo os demais referenciais utilizados para a elaboração do instrumento desse trabalho apresentam-se contemplados no item 2.

Como forma complementar a coleta de dados sobre a instituição, visto que algumas informações não foram contempladas no instrumento de coleta de dados, realizou-se análise e coleta das informações disponíveis no site institucional assim como a divulgação das ações educativas e culturais promovidas pelo APERS através de suas redes sociais. Posterior a esse procedimento, realizou-se ainda uma visita mediada virtual previamente agendada para melhor compreensão sobre o funcionamento, a história e da disposição dos espaços físicos da instituição. Com todas as informações necessárias, fez-se a respectiva análise e interpretação.

3.2 Análise e interpretação dos dados

Por se tratar de uma análise estritamente qualitativa, a análise e interpretação dos dados sucedeu-se através da ordenação das informações coletadas através do instrumento de coleta de dados, das informações disponíveis no site institucional e nas redes sociais. Após a organização das informações de forma lógica de acordo com o assunto que as abrangem, construiu-se os resultados e realizou-se a sua respectiva interpretação e análise crítica.

3.3 Recursos

Para executar a proposição deste trabalho, foram necessários os recursos humanos de um acadêmico de Arquivologia e um professor orientador de Arquivologia. Ademais, dentre os recursos materiais utilizados constam um computador com acesso à internet, o qual foi usado para elaboração de todas as etapas deste trabalho.

3.4 Cronograma das atividades

Nos Quadros 2 e 3 apresentam-se, respectivamente, os cronogramas elaborados para a obtenção dos objetivos do respectivo trabalho de conclusão de

curso, tanto no decorrer da disciplina de TCC I, quanto para a disciplina de TCC II.

Quadro 2: Cronograma das atividades da disciplina do TCC I

Descrição das atividades	Mês			
	Jun/21	Jul/21	Ago/21	Set/21
Definição do professor orientador de Arquivologia	X			
Definição do tema e do problema de pesquisa		X		
Busca por referencial teórico que embase a pesquisa.		X		
Definição dos objetivos geral e específicos		X		
Seminário para apresentação do tema, problema, objetivos gerais e específicos do trabalho		X		
Ajustes da pesquisa com base no seminário. Proposta e consolidação do esquema para escrita da pesquisa.		X		
Definição dos instrumentos de coleta de dados		X		
Definição do método para obter os dados dos respondentes		X		
Elaboração da Introdução do Projeto		X		
Elaboração do Referencial teórico do Projeto		X	X	
Escrita da metodologia da pesquisa			X	
Entrega parcial do projeto de TCC para correções			X	
Correções da escrita do projeto de TCC				X
Entrega do Projeto de TCC ao orientador				X

Fonte: Própria autora, 2021.

Quadro 3: Cronograma das atividades da disciplina do TCC II

Descrição das atividades	Mês			
	Nov/21	Dez/21	Jan/22	Fev/22
Aplicação do instrumento de coleta de dados	X			
Elaboração do Referencial teórico da monografia	X	X		
Elaboração da Metodologia da monografia		X		
Elaboração dos Resultados e discussão da monografia		X	X	
Elaboração das Conclusões e recomendações da monografia			X	
Elaboração da Introdução da monografia			X	
Elaboração do Resumo da monografia			X	
Envio da monografia para correções do professor orientador			X	
Ajustes na monografia				X
Entrega da monografia para a coordenação de curso				X

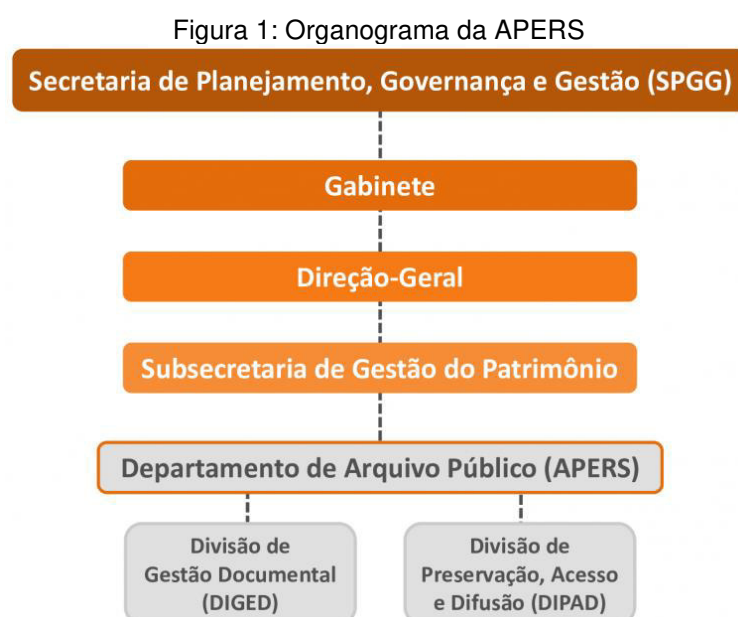
Fonte: Própria autora, 2021.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste item é formado por subitens elaborados com a finalidade da realização das propostas definidas para esta pesquisa. Para alcançar os objetivos específicos desse trabalho, realizou-se uma contextualização sobre a instituição analisada e sua gestão, contendo informações gerais, assim como algumas características do acervo obtidas através do instrumento de coleta de dados, que contribuirão para interpretação dos demais dados desse estudo de caso. Além disso, há a avaliação das políticas públicas de acesso e acessibilidade identificadas, e como elas funcionam na prática na instituição. E por fim, fez-se uma análise das boas práticas aplicadas ou passíveis de fácil aplicação no Arquivo, que favoreçam o acesso às PcD através de ações de mediação informacional.

4.1. Contextualização da instituição analisada: APERS

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS foi criado em 1906²⁰, sendo atualmente um Departamento vinculado à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG, conforme organograma institucional ilustrado na **Figura 1**.



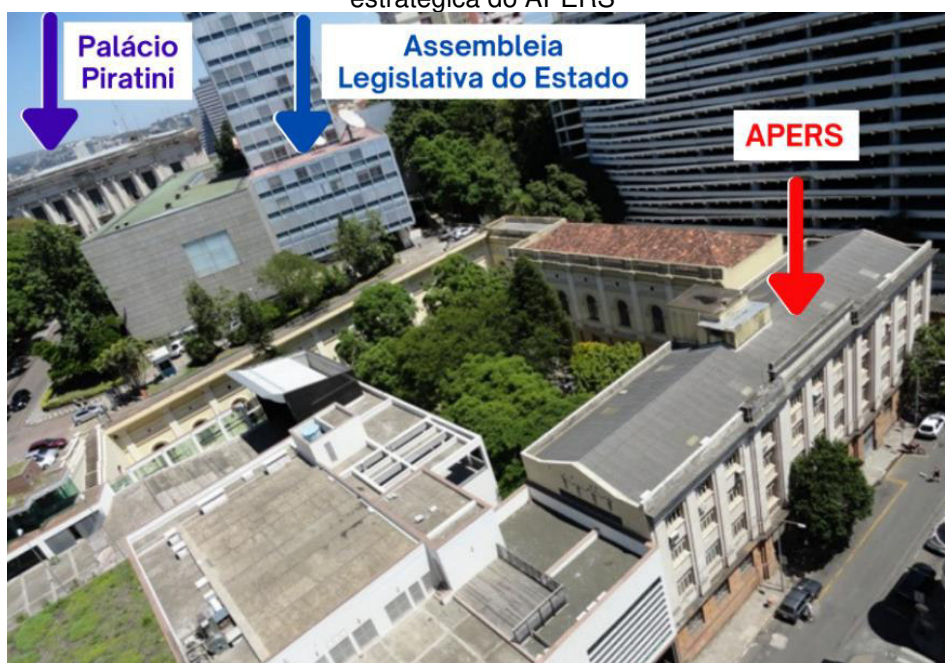
Fonte: Site da APERS (2021)²¹.

²⁰ Criado em 8 de março de 1906, pelo Decreto Estadual nº 876.

²¹ Disponível em: <https://apers.rs.gov.br/estrutura-apers>

A instituição situa-se no coração do centro histórico de Porto Alegre²² desde 1912, a poucos metros do Palácio Piratini²³, da Assembleia Legislativa do Estado do RS, como ilustrado na **Figura 2**, assim como está próximo também da Praça Matriz, Catedral Metropolitana, Palácio da Justiça e do Teatro São Pedro. O APERS atua na preservação da memória do Estado do Rio Grande do Sul com ações voltadas à gestão documental e à cultura, tendo dentre suas competências²⁴ as de gerir e zelar o patrimônio documental do Estado por ele custodiado, afim de assegurar seu acesso à informação e a preservação da memória, assim como difundir tal acervo, através da promoção de ações educativas, culturais e editoriais.

Figura 2: Vista Aérea de parte do Centro Histórico de Porto Alegre demonstrando a localização estratégica do APERS



Fonte: Blog APERS/ Fotografia de Sílvia Soares (2012)²⁵.

O APERS conta com uma equipe técnica de 22 servidores, dispondo de: 7 arquivistas, 2 agentes administrativos, 2 analistas em assuntos culturais (Letras), 1 analista em assuntos culturais (Ciências Sociais), 2 analistas em assuntos culturais

²² Localizado na Rua Riachuelo, nº 1131.

²³ O Palácio Piratini é a atual sede do Poder Executivo do estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

²⁴ Descritas no Art. 34 do Decreto nº 52.923, de 23 de fevereiro de 2016, que trata do Regimento Interno da Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=62857&hTexto=&Hid_IDNorma=62857>

²⁵ Disponível em: <<https://arquivopublicors.wordpress.com/2012/03/13/apers-conta-historias-tombamento-do-conjunto-arquitetonico-do-apers/>>

(História), 2 historiógrafos e 1 administrador. Além disso, o Arquivo conta atualmente com 3 estagiários que se dedicam aos projetos com supervisão da equipe técnica. Vale ressaltar que o APERS dispõe de um total de 45 vagas de estágio remunerado para apoiar a realização de projetos, mas que em função da pandemia as vagas estão sendo gradualmente repostas desde o início da distribuição da 2ª dose da vacina Covid-19. Nesse primeiro momento, ao analisar-se o contexto da instituição, tanto quanto a sua localização geográfica estratégica quanto ao tamanho e pluralidade da equipe técnica e de estagiários, fica evidente a posição de destaque que essa instituição arquivística pública possui para a gestão do Estado do Rio Grande do Sul.

O APERS é responsável pela implantação de políticas arquivísticas no Estado, sendo o órgão gestor do Sistema de Arquivo do Estado do Rio Grande do Sul – SIARQ/RS. O respectivo Sistema de Arquivo tem por objetivo aplicar tais políticas de gestão documental no Poder Executivo Estadual²⁶. O APERS presta o serviço de assessoria em gestão documental, dando orientações técnicas aos órgãos executivos integrantes do SIARQ/RS, no que tange à aplicação das normas e dos instrumentos arquivísticos destinados aos documentos, independentemente de seu suporte, seja em papel ou formatos eletrônicos. Uma pequena amostra de tal serviço pode ser observada na página institucional²⁷, onde há uma relação de orientações de alguns procedimentos arquivísticos. Além disso, colabora com os órgãos do Poder Executivo para a consecução das normativas aprovadas pelo SIARQ/RS e monitoram o cumprimento delas.

O APERS é um dos poucos Arquivos Públicos Estaduais no Brasil que possui um Sistema de Arquivos, mostrando a dedicação da instituição em adotar um modelo sistêmico na sua gestão documental. Apesar de algumas dificuldades no início da implementação do Sistema de Arquivos devido a resistência e falta de consciência sobre a importância da gestão documental, apontadas por Rocha (2006)²⁸ e por Comasseto (2012)²⁹, ou ainda de dificuldades orçamentárias conforme observado por

²⁶ Conforme Decreto nº 52.808, de 18 de dezembro de 2015 (atualização do Decreto Estadual nº 33.200), que descreve os objetivos, composição e competências dos respectivos integrantes. Tal dispositivo legal está disponível em: <<https://www.apers.rs.gov.br/upload/arquivos/202002/05170253-reorganiza-o-siargrs.pdf>>.

²⁷ Disponível em: <<https://www.apers.rs.gov.br/links-uteis>>

²⁸ Artigo “Sistema de Arquivo do Estado - SIARQ: um modelo de gestão documental para a esfera pública”, de Márcia Medeiros da Rocha (2006). Disponível em: <<https://apers.rs.gov.br/publicacoes>>.

²⁹ Monografia de especialização “Acessibilidade e acesso no APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul”, de Aline Nascimento Maciel Comasseto (2012). Disponível em: <<https://apers.rs.gov.br/publicacoes>>.

Belém (2006), o SIARQ tem gradualmente se fortalecido, alcançando seus objetivos dispostos no Decreto 52.808/2015, dentre os quais o de “zelar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais que norteiam o acesso aos documentos arquivísticos públicos”

Ainda sobre os serviços prestados pelo Arquivo, no que se refere aos serviços externos que a instituição desenvolve, pode-se citar os seguintes: acesso à consulta de documentos, por meio de sala de pesquisa; ações educativas; visitas guiadas/mediadas, dentre outras ações³⁰. As análises de tais serviços serão devidamente contempladas e detalhadas nos itens 4.2 e 4.3 deste trabalho.

A instituição dispõe de um acervo arquivístico com o volume estimado de 21 milhões de documentos. O acervo é formado por documentos do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Tabelionatos e Registro Civil, possuindo uma diversidade de tipologias devido à grandiosidade e diversidade de recolhimentos feitos ao longo de 116 anos³¹. Conforme relatado, o acervo possui os seguintes tipos de tratamento arquivístico: classificação, preservação/conservação, avaliação, descrição, difusão, possuindo ainda parcela do acervo que não recebeu qualquer tratamento arquivístico, ou recebeu parcialmente o tratamento arquivístico. Tais informações gerais sobre a instituição arquivística analisada e seu acervo custodiado auxiliam na compreensão da magnitude que a entidade possui. O APERS possui um rico e vasto acervo documental, com acervos de grande valor histórico e cultural à população gaúcha, sendo a instituição uma referência no Estado e no país.

A seguir, a descrição e análise detalhada das informações coletadas quanto às dimensões de acessibilidade que a instituição dispõe (e conseqüentemente quais estão falhas ou inexistentes); como e quais as políticas públicas que beneficiam a acessibilidade informacional são implementadas na instituição e/ou de conhecimento dos arquivistas; quais e que tipo de ações de mediação informacional que contemplam as PcD; e exemplos de boas práticas aplicáveis ou aplicadas na instituição arquivística em benefício do acesso informacional desse grupo de usuários.

³⁰ No site institucional do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (<https://apers.rs.gov.br/>), na aba "Serviços" é possível ter mais informações sobre os serviços de Assessoria em Gestão Documental, Pesquisa no Acervo, Ações Educativas, e Visitas Guiadas.

³¹ No site institucional do APERS (<https://apers.rs.gov.br/>), na aba "Acervos" é possível encontrar a relação detalhada dos acervos do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Tabelionatos e Registro Civil e os respectivos instrumentos de pesquisa disponíveis para pesquisa.

4.2 Políticas públicas de acesso e acessibilidade informacional

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul presta o serviço de acesso à informação à consulta de documentos, por meio de sala de pesquisa, além de realizar ações educativas e visitas guiadas. Para efetuar a pesquisa, acessando a documentação na Sala de Pesquisa, todos os usuários necessitam preencher previamente um cadastro, além de assinar um Termo de Responsabilidade informando os documentos que deseja pesquisar. Tal busca e solicitação de documentação pode ser feita online ou presencialmente.

De acordo com o que foi informado pela instituição, dentre os dispositivos legais analisados nessa pesquisa, descritos no **Quadro 1** no item 2.5, são implementados na instituição: a Lei de acessibilidade (ou Lei Federal nº 10.098/ 2000) e a Lei de Acesso à Informação (ou Lei Federal nº 12.527/ 2011). Além disso, consta no sítio eletrônico do APERS que a instituição segue as diretrizes do eMAG (ou Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico)³². Até o momento não há dentro da instituição projetos envolvendo a aplicação de políticas públicas inclusivas nas ações de acesso, difusão e/ou mediação do acervo. Ademais, conforme investigado, os arquivistas do APERS têm conhecimento da legislação pertinente à acessibilidade, em âmbito federal e estadual.

Tais dispositivos legais tem papel de destaque na área arquivística, visto que através da implementação da Lei de acesso à Informação garante do direito de acesso à informação, favorecendo para a democratização da informação, assim como a sua inclusão social, visto que se o acesso é oportunizado a qualquer usuário, sem distinções. Além disso, a respectiva lei descreve o dever dos órgãos e entidades públicas de possibilitar meios de garantir o acesso informacional a todo e qualquer cidadão, o qual está descrito nos parâmetros da Lei de Acessibilidade. Já com relação ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico no site do APERS, a sua implementação beneficia para que a instituição arquivística possua melhor comunicabilidade virtual com seus usuários. Isso porque a disponibilidade de ferramentas assistivas no site possibilita o acesso à informação de usuários PcD. E diante do que foi constatado por Jardim (2010), é importante investigar as formas como a instituição arquivística implementa as políticas de acesso à informação e de

³² Conforme as normas do Governo Federal, em obediência ao Decreto 5.296.

acessibilidade, visto que as políticas públicas brasileiras não consideram os problemas e a realidade enfrentada nos Arquivos.

A instituição não está aparelhada normativamente em sua totalidade quanto a temática de políticas inclusivas, porém, ela possui e aplica as normativas criadas para o SIARQ/RS, que por sua vez existe para alcançar o disposto na Lei nº. 8.159/1991.

E isso evidencia que é um compromisso do APERS conceder a maior transparência ativa e passiva possível em seus procedimentos de gestão arquivística. Através da implementação progressiva de políticas públicas de acesso à informação aplicadas na e pela instituição, espera-se a prospecção, criação e posterior implementação de políticas públicas inclusivas. Tal expectativa está alinhada ao debatido por Garcia (2012), Costa, Moreira, Oliveira, 2021, e por Silva e Cusin (2020), visto que para que as políticas públicas inclusivas sejam implementadas é necessário antes de tudo reconhecer as demandas desse grupo social para então criar instrumentos que viabilizem a garantia da promoção dos direitos fundamentais dos usuários com deficiência.

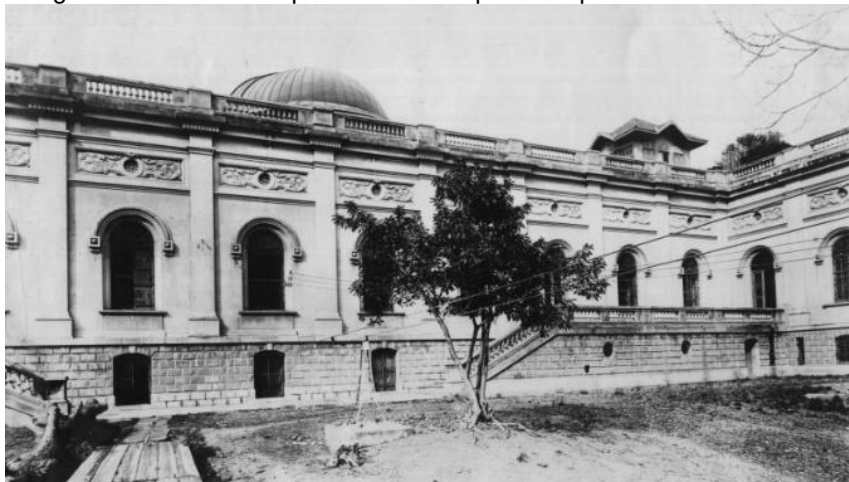
Para a investigação sobre como tais políticas públicas inclusivas são implementadas na instituição, coletou-se informações sobre principais formas de barreiras arquitetônicas apresentadas no local, compreendendo assim de forma mais abrangente quais ações estão sendo aplicadas ou não para a eliminação de barreiras arquitetônicas. Analogamente, realizou-se uma investigação de aspectos gerais sobre a acessibilidade comunicacional, instrumental, metodológica e atitudinal.

4.2.1 Acessibilidade arquitetônica

Para análise da acessibilidade arquitetônica, fez-se primeiramente um levantamento da infraestrutura do Arquivo. O APERS é constituído por um conjunto arquitetônico, o qual está localizado no Centro Histórico da cidade de Porto Alegre, integrado por três prédios que totalizam 4.374m² de área construída em uma área de 5.300m² de terreno. O prédio I, ilustrado na Figura 3, teve sua construção finalizada em 1912, sendo estruturado por andar térreo, mezanino e porão. O prédio II por sua vez, ilustrado na Figura 4, foi criado para atender a então crescente demanda documental, tendo sua construção finalizada em 1919, e é composto por pavimento térreo e mais 2 andares. Vale destacar que ambos prédios foram projetados já na

época de sua construção para fins arquivísticos, servindo de modelo para outras construções de custódia documental.

Figura 3: Fachada do prédio I do complexo arquitetônico da APERS



Fonte: Acervo da APERS (2020)³³.

Figura 4: Fachada do prédio II do complexo arquitetônico da APERS



Fonte: Acervo da APERS (2020)³⁴.

O prédio III deste conjunto arquitetônico, ilustrado na Figura 5, teve sua construção finalizada em 1950, o qual comporta um andar térreo e mais três andares. O respectivo prédio é destinado ao trabalho técnico, metodológico e administrativo da instituição, além de abrigar a Sala de Pesquisa, a Sala de Exposições e o Auditório, sendo sua entrada o acesso principal tanto para os usuários interno quanto externo.

³³ Disponível em: <<https://apers.rs.gov.br/conjunto-arquitetonico>>.

³⁴ Idem nota 33.

Figura 5: Fachada do prédio III do complexo arquitetônico da APERS



Fonte: Acervo Palácio Piratini/ Fotografia de Itamar Aguiar (2021)³⁵.

A construção dos prédios possui projetos próprios para atender as demandas de custódia de acervo arquivístico, estando estes em boas condições de conservação, e contemplando, por exemplo, questões como as espessuras das paredes ou o teto abobadado que possibilita baixa oscilação de temperatura. Porém, conforme coletado na pesquisa, o complexo arquitetônico da APERS é constituído por prédios tombados em sua totalidade, ou seja, para a realização de qualquer reforma no complexo é necessário a apresentação de um projeto junto ao IPHAE. E após a análise do projeto, é emitido um parecer técnico autorizando os reparos, desde que a obra não descaracterize o prédio. Dito isso, tal contexto influencia diretamente na questão da acessibilidade arquitetônica e na possibilidade de algumas intervenções para alcançar tal acessibilidade, visto que não se pode alterar as edificações de forma que as descaracterize³⁶.

O acesso principal da instituição utilizado pelos usuários internos e externos é pela entrada do prédio III, o qual é constituído por um vão largo, degraus e corrimão, havendo acesso secundário com rampa que pode ser utilizado pelos usuários, se

³⁵ Disponível em: <<https://www.estado.rs.gov.br/arquivo-publico-do-estado-celebra-115-anos-com-serie-de-atividades-virtuais>>.

³⁶ Em 18 de março de 1991, através da Portaria 06/91 da Secretaria da Cultura, o respectivo conjunto foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico de Estado – IPHAE (informações sobre o tombamento disponíveis em: <<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=15733>>). A respectiva pesquisa não contemplou a informação sobre os graus de tombamento de cada prédio do complexo arquitetônico.

necessário³⁷. Devido a isso, deve-se atentar para que os usuários com deficiência que necessitem acessar as instalações do prédio não recebam um atendimento assistencialista, sendo necessário estudos na parte estrutural da instituição, principalmente no acesso principal, além da necessidade de recursos financeiros que viabilizem tal projeto, para possibilitar formas de acesso e circulação de todos os usuários efetivos e potenciais de maneira isonômica e inclusiva.

Ainda sobre as instalações do prédio III, deve-se mencionar que o respectivo prédio possui um elevador. No entanto, o mesmo não está em funcionamento no momento, estando a instituição em processo de aquisição de um novo para posterior instalação. O prédio III do complexo é o que possui os espaços para as principais atividades que os usuários internos e externos executam no APERS (Sala de pesquisa, Auditório, Sala de exposições). Logo, acredita-se que posteriormente com o elevador instalado e em pleno funcionamento, beneficiará significativamente a circulação não somente dos usuários. Analogamente, o funcionamento do elevador possibilitará aos servidores da equipe técnica do Arquivo a execução das atividades de forma eficaz.

A instituição arquivística conta ainda com banheiros adaptados/acessíveis (indicados para uso de cadeirantes, idosos, pessoas com mobilidade reduzida, etc) e os ambientes que os usuários acessam possuem uma boa iluminação, beneficiando assim a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão. Conforme informações coletadas, a instituição não possui uma mesa/balcão na recepção com dimensões acessíveis (altura elevada), porém conta com servidores que prestam o atendimento aos usuários sempre que necessário, estando devidamente instruídos para tal serviço.

Além disso, a instituição não possui a instalação de piso podotátil³⁸ nos ambientes internos de circulação que os usuários tem livre acesso, assim como nos arredores do complexo arquitetônico (calçadas). Tal instalação, conjuntamente com um mapa tátil³⁹ beneficiaria o acesso e circulação no arquivo de usuários com

³⁷ Não foi possível coletar as informações detalhadas sobre a constituição do acesso secundário, pois mesmo que se saiba que o mesmo possui rampa, há a possibilidade de a mesma não ter sido constituída nos padrões de acessibilidade (conforme NBR-9050).

³⁸ Piso podotátil ou tátil é denominado, segundo NBR-9050, como o piso caracterizado por textura e cor contrastantes em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha-guia, servindo de orientação, principalmente, às pessoas com deficiência visual ou baixa visão.

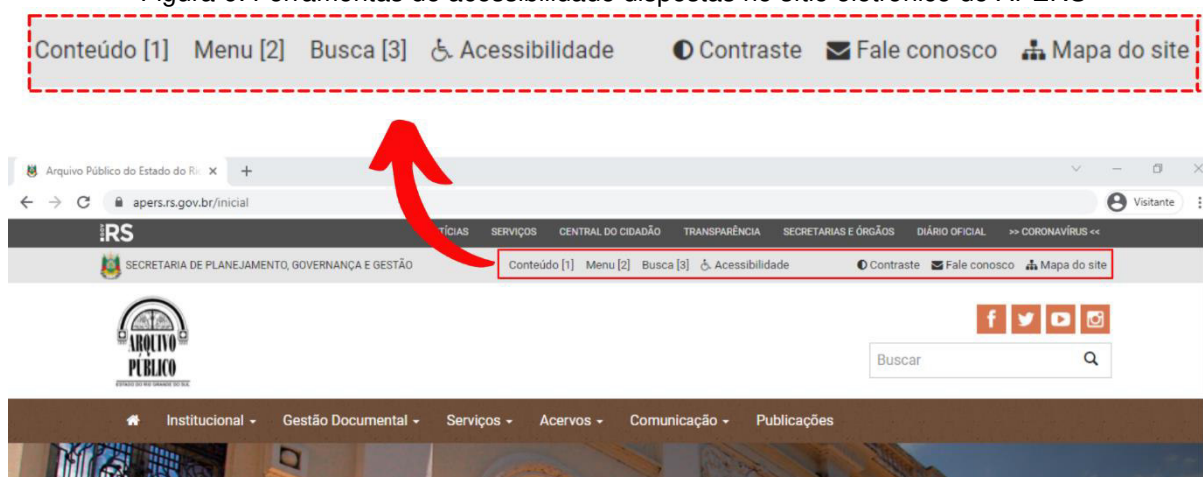
³⁹ O mapa tátil ou mapa acessível é um instrumento que visa auxiliar às pessoas com deficiência visual na cognição espacial de determinado lugar.

deficiência visual, o que segundo Bernardo, Kafure e Silva (2020) os possibilita uma “percepção mais concreta do espaço geográfico”.

4.2.2 Acessibilidade comunicacional

No que se refere a acessibilidade comunicacional, a instituição arquivística possui em seu sítio eletrônico ferramentas de acessibilidade, conforme prescreve a eMAG. Dentre as ferramentas de acessibilidade disponíveis no site da instituição, conforme ilustrado na Figura 6, constam: alto contraste, atalhos de navegação via teclado, além de comandos para ajuste de fonte. Tais ferramentas auxiliam para a navegação de usuários com deficiência de forma mais fluída e autônoma.

Figura 6: Ferramentas de acessibilidade dispostas no sítio eletrônico do APERS



Fonte: Extraído do Site APERS (2021).

A instituição arquivística possui instrumentos de pesquisa que estão em formato digital em sua totalidade, e estes estão processáveis para o uso de ferramentas assistivas como, por exemplo, via sistema de leitura ou ampliação de tela. Dentre os instrumentos de pesquisa já produzidos, a instituição conta com o catálogo seletivo “Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil”⁴⁰, o qual está disponível em formato PDF e também impresso em braile. Todo processo de

⁴⁰ A publicação do Catálogo Seletivo “Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil” foi realizada com recursos do Fundo de Apoio a Cultura– Lei nº 13.490/10, em parceria da Associação dos Amigos do Arquivo Público do RS e do Sistema Pró-Cultura do Estado. O financiamento viabilizou além da impressão, a publicação deste instrumento em formato braile para possibilitar o acesso de pessoas com deficiência. Mais informações sobre o catálogo disponíveis em: <<https://arquivopublicors.wordpress.com/2015/01/21/catalogo-seletivo-resistencia-em-arquivo-disponivel/>>

busca ou solicitação de pesquisa de acervos não indexados, assim como as solicitações de visita mediada possuem um serviço de atendimento ao usuário que apresenta múltiplos meios de comunicação. Dentre as formas de comunicação, apresentam-se: atendimento presencial; telefone; e-mail; e página web⁴¹.

No caso de participação dos usuários em ações educativas, culturais ou visitas guiadas, é necessário o cadastro prévio, seja de usuários externos como os internos. Segundo informações coletadas, os usuários que irão realizar alguma pesquisa no acervo ou participar das visitas guiadas, ações educativas ou culturais, podem solicitar/comunicar que irão necessitar de algum apoio referente a alguma forma de acessibilidade contatando a equipe técnica por meio do e-mail ou telefone, ou ainda, estando na sala de pesquisa, para alguma necessidade do que se refere à acessibilidade.

Em contrapartida, observa-se que a comunicação entre ambas as partes não ocorre de forma fluída e totalmente acessível, principalmente através dos meios de contato virtuais. Isso porque é necessário o preenchimento de formulário de solicitação de pesquisa ou agendamento de visita, e os mesmos possuem seu preenchimento dificultado por usuários que utilizam ferramentas assistivas. Isso deve-se ao fato de haver no site elementos de autenticação do sistema do tipo *CAPTCHA*⁴², inviabilizando o uso e preenchimento de usuários com deficiência visual⁴³, como ilustrado na Figura 7. Uma alternativa acessível para este caso, seria ou remover a verificação de autenticação, ou ainda substituir essas imagens por perguntas de respostas simples (como, por exemplo, “Quantos lados possui um quadrado?”).

⁴¹ Os atendimentos são prestados de segunda à sexta-feira, das 08h30min às 12 e das 13h às 17h mediante agendamento.

⁴² O *CAPTCHA* é um acrônimo da expressão "*Completely Automated Public Turing test to tell Computers and Humans Apart*" (teste de Turing público completamente automatizado para diferenciação entre computadores e humanos): um teste de desafio cognitivo, utilizado como ferramenta *antispam*.

⁴³ Atualmente existe o recurso de *CAPTCHA* em áudio, porém, conforme descrito por Bastos (2016), tal recurso por vezes possui incompatibilidade de software/hardware, ou mesmo apresenta dificuldades relacionadas a aspectos pessoais e sociais do indivíduo que as utiliza que impede o alcance da informação.

Figura 7: Exemplo da janela de autenticação aberta no início do procedimento de pesquisa de acervo através do sítio eletrônico institucional

Fonte: Extraído do Site APERS (2021).

Dito isso, percebe-se que ainda que sejam necessárias algumas adaptações, a instituição arquivística apresenta uma crescente melhoria na sua acessibilidade comunicacional, se comparado ao apurado por Comasseto (2012) sobre a temática, quando eram escassas as ações para promoção de uma comunicação mais acessível. Logo, a instituição além de já aplicar dispositivos legais de acessibilidade comunicacional, busca acessibilizar seu acervo e suas ações. Dessa forma, o APERS aperfeiçoa sua competência em comunicação, e assim, conforme Brandão e Borges (2021), dialoga e busca compreender as especificidades dos usuários, os identificando nesses espaços de difusão informacional como ator ativo desse processo comunicacional, como defende Almeida Júnior (2020).

4.2.3 Acessibilidade instrumental

No que concerne à acessibilidade instrumental, o Arquivo dispõe de fotocopiadora para ampliação de textos para utilização dos usuários, assim como de equipamentos para ampliação da visualização, como lupas e régua de leitura, que auxiliam a leitura de acervos documentais analógicos como os textuais, cartográficos ou iconográficos (para atender as necessidades de usuários com visão subnormal). Além disso, o arquivo possui scanner para digitalizar acervos documentais, o qual pode realizar a função de reconhecimento ótico de caracteres, e possibilitar então a transcrição dos respectivos documentos para formatos acessíveis.

Sendo assim, para além da existência de instrumentos que possibilitam o acesso informacional, deve-se assegurar que os servidores que trabalham diretamente com o atendimento aos usuários, tenham domínio do uso desses instrumentos. Isso porque, caso os usuários necessitem, por exemplo, solicitar acesso a documentações analógicas que precisem da digitalização dos mesmos para

viabilizar a leitura do conteúdo (para audiodescrição do texto, ou ampliação do conteúdo por exemplo), eles tenham efetivamente a possibilidade do acesso informacional de forma autônoma conforme requisitos da NBR-9050. Além disso, deve-se assegurar que na Sala de Pesquisa do Arquivo haja pelo menos um computador devidamente configurado e com a instalação de ferramentas assistivas básicas (como, por exemplo: leitor de pdf, ferramentas de acessibilidade para ampliação de tela, ou teclado virtual, etc) para atender as demandas de usuários PcD. E dessa forma, a instituição atenderá as necessidades informacionais dos usuários enquanto sujeitos ativos nos processos informacionais, conforme descreve Santana e Garcia, (2018), e Lousada e Almeida Júnior (2012).

4.2.4 Acessibilidade atitudinal

Com relação a acessibilidade atitudinal, a arquivista respondente do instrumento de coleta de dados não soube informar se os servidores possuem algum tipo de capacitação sobre a questão da acessibilidade para assim atender as necessidades dos usuários com deficiência. Tal capacitação refere-se tanto a conduta nas situações de atendimento ao respectivo grupo de usuários, quanto sobre terem ciência das especificidades deste atendimento. Analogamente, não houve informações coletadas precisas sobre os arquivistas (parcela deles ou sua totalidade) terem o conhecimento de tecnologias assistivas que beneficiam o acesso da informação.

Segundo estudo de Comasseto (2012), no ano de 2011 foi ofertado aos funcionários da instituição uma capacitação sobre o ensino de Libras, havendo participação da maioria dos mesmos. No entanto, não houve um planejamento para que tal habilidade adquirida fosse posta em prática, o que acarretou no esquecimento desses conhecimentos. Dito isso, diante do hiato de tempo sem informações sobre o assunto e pelo fato do quadro de servidores ter se alterado nesse período, percebe-se que a acessibilidade atitudinal se encontra falha. É necessário a criação de iniciativas para possibilitar a capacitação e uma conscientização crescente dos servidores sobre a acessibilidade no Arquivo que viabilize de forma equânime a participação dos usuários potenciais.

Já sobre outro aspecto investigado, aferiu-se que, em contrapartida a insuficiente capacitação dos servidores sobre a temática de acessibilidade, os

arquivistas do APERS possuem conhecimento da legislação pertinente à acessibilidade, em âmbito federal e estadual. Porém, apesar do conhecimento e consciência sobre a existência dos dispositivos legais de acessibilidade, a investigação não encontrou estratégias da instituição para aplicar internamente tais dispositivos.

Dessa forma, observa-se que gradualmente, a instituição e seus servidores esforçam-se para desenvolver iniciativas para tornar o APERS um espaço mais acessível. Além disso, cita-se aqui exemplos de ações recentes como o “Caderno Acessibilidades”, promovido pelo Programa educativo do Museu de Telecomunicações⁴⁴ ou da Oficina “Acessibilidade em documentos de arquivo”, promovido pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo⁴⁵ que visam a capacitação e a aplicabilidade de práticas informacionais mais inclusivas. Tais exemplos evidenciam e reiteram a importância de desenvolver ações para instrumentalizar e sensibilizar os funcionários e demais público que frequenta o Arquivo para que se tenha nesses espaços uma conduta livre de estigmas e preconceitos.

4.2.5 Acessibilidade metodológica

No que tange a acessibilidade metodológica, tanto as atividades desenvolvidas para a elaboração das visitas guiadas, como as ações educativas e culturais são executadas levando-se em conta a pluralidade de necessidades que os potenciais usuários possam apresentar (físicas, cognitivas, educacionais, entre outros). Em compensação, foi relatado que as atividades arquivísticas da instituição como as de difusão, acesso ou descrição, assim como os instrumentos de pesquisa resultantes não são em sua totalidade elaboradas tendo em mente tal questão. Apesar disso, a proporção de atividades arquivísticas na instituição em que há essa preocupação é expressiva, sendo essas boas práticas descritas mais detalhadamente no item 4.3 deste trabalho.

Por fim, ao ser questionado à arquivista respondente do instrumento de coleta de dados da sua perspectiva sobre quais ações necessárias para implementar na

⁴⁴Disponível em: <<https://webmuseu.org/mmgerdau-pedras-sabidas/wp-content/uploads/sites/9/2018/08/acessibilidades.pdf>>

⁴⁵ Matéria/ notícia sobre a respectiva oficina disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/noticia/ler/oficina-de-acessibilidade-em-arquivos-orienta-atendimento-as-pessoas-com-deficiencia>>

instituição práticas mais inclusivas que beneficiem os usuários com deficiência, a mesma descreveu que o conhecimento sobre as questões pautadas descritas ao longo do respectivo instrumento de coleta foram "um despertar para questões de acessibilidade". Segundo ela, é sabido o quanto as instituições públicas sofrem com as limitações de verbas a elas impostas.

Em contrapartida, ainda segundo relato da arquivista respondente, há algumas medidas que podem ser tomadas a fim de propiciar a inclusão, e que certamente elas “estarão no foco de agora em diante, dentro do que for possível, seja com condições físicas ou serviços, bem como publicações técnicas”. Logo, observa-se que a instituição vem desenvolvendo maneiras de acessibilizar os seus espaços e a transparência/ acesso à informação, buscando exercer de forma plena sua função social de prestar a população o acesso informacional de forma democrática e isonômica, conforme descreve Costa, Silva e Ramalho (2010) e Cabral (2012).

4.3 Boas práticas aplicáveis ou aplicadas através de mediação informacional aos usuários com deficiência

A instituição arquivística promove diversas atividades de mediação cultural⁴⁶ e da informação aos seus usuários (internos e externos), dentre as quais observou-se a presença das seguintes tipologias⁴⁷: visitas guiadas/mediadas; oficinas; palestras; exposições (inclusive virtuais como é o caso da “Caminhos dos Arquivos”); cursos de formação/capacitação; mostras de pesquisa; produções de audiovisual (nos espaços da instituição); efemérides⁴⁸; projetos culturais; lançamento de livros; jornada de estudos; entre outros.

Segundo descrito pela instituição, as ações de mediação são elaboradas de forma que possam contemplar com a participação de usuários, sem distinções. Sabe-se que as ações desenvolvidas nas instalações do Arquivo possuem certos

⁴⁶ O termo “mediação cultural” refere-se as atividades culturais desenvolvidas em instituições como a aqui analisada e está relacionada aos direitos culturais, à democracia cultural, à democratização, à valorização e à exploração para usos diversos. Logo, ela é uma importante ferramenta de democratização do acesso a espaços como em Arquivos (ALDABALDE, 2015).

⁴⁷ O termo “tipologias” relaciona-se às práticas de mediação cultural, utilizado nesse trabalho baseando-se na obra *“Archivos y Cultura: manual de dinamización”* (VELA, 2001 *apud* ALDABALDE, 2015).

⁴⁸ Entende-se aqui o termo efeméride as comemorações de um fato ou data importante para a instituição, assim como comemorações coletivas sobre personagens históricas, datas rememoráveis, tradições, acontecimentos e/ou símbolos culturais considerados relevantes. Dentro desta tipologia incluem-se as atividades culturais promovidas anualmente em comemoração ao aniversário da instituição; a Semana dos Arquivos; Dia Internacional dos Arquivos, entre outras.

impeditivos para participação de pessoas com deficiência, em principal as que possuem mobilidade reduzida e/ou necessitam da ajuda de instrumentos, assim como as deficiências sensoriais. Porém, mesmo com estes impeditivos, a equipe técnica não mede esforços para viabilizar a participação de todos usuários nas respectivas ações, havendo já ocasiões em que foi necessário intervenções alternativas para tornar tais ações possíveis.

Dentre as atividades educativas, a instituição tem como principais projetos e serviços ofertados: o Programa de Educação Patrimonial UFRGS-APERS⁴⁹, contando com oficinas de Educação Patrimonial (“Os Tesouros da Família Arquivos”; “Desvendando o Arquivo Público: relações de gênero na história”; “Resistência em Arquivo: patrimônio, ditadura e direitos humanos”), capacitação deicineiros, voltada à formação teórica e prática em educação patrimonial, e cursos de formação para professores, ou eventos anuais voltados, centralmente, para professores e estudantes de cursos de licenciatura; Projeto “AfricaNoArquivo – fontes de pesquisa & debates para a igualdade étnico-racial no Brasil”; Jogoteca Educativa do APERS; “Projeto APERS? Presente, professor! Propostas Pedagógicas a partir de Fontes Arquivísticas”, e Estágio Curricular em História. Na Figura 8 é possível observar a execução da ação educativa da oficina “Os tesouros da família Arquivos”.

Figura 8: Parte das atividades de uma ação educativa com público escolar: Oficina de Educação Patrimonial “Os tesouros da família Arquivos”



Fonte: Blog “O Poder da Memória” (2012)⁵⁰.

⁴⁹ Programa realizado em cooperação com o Programa de Pós-Graduação e com o Departamento de História da UFRGS na área da Educação Patrimonial.

⁵⁰ Disponível em: <<http://opoderdamemoria.blogspot.com/2012/10/os-tesouros-da-familia-arquivo-oficina.html>>

As oficinas desenvolvidas são elaboradas tendo como base os acervos da instituição e de ampla apropriação do espaço físico do Arquivo. A ação educativa ilustrada na Figura 8, é executada a partir do uso de representantes fac similares de determinados itens documentais do acervo e precedida por uma visita mediada contando um pouco sobre a história por trás da produção de tal fundo de forma lúdica. Logo, através das atividades da respectiva oficina, por exemplo, efetuam-se processos de ensino-aprendizagem, conectando o público escolar com o contexto documental e valor histórico dos itens. E como consequência dessa conexão, o público escolar se apropria do acervo e também se sente parte ativa da construção histórico-cultural da instituição, além de ter-se a compreensão de conceitos e fazeres arquivísticos. Quando ações educativas como esta são também ações inclusivas, ou seja, que atende um público plural levando em conta suas especificidades e demandas, os Arquivos tornam-se espaços mais acolhedores, conforme descrito por Aldabalde (2015), sendo este processo retroalimentado e gradativamente alcança a visibilidade de diversos grupos sociais. Ao qualificar-se o acesso à informação, cria-se uma relação interdependente entre os mediadoras da ação e o grupo de usuários, além de proporcionar a eles maior autonomia, como reflete Kafure Muñoz, Ioris, Pereira (2021).

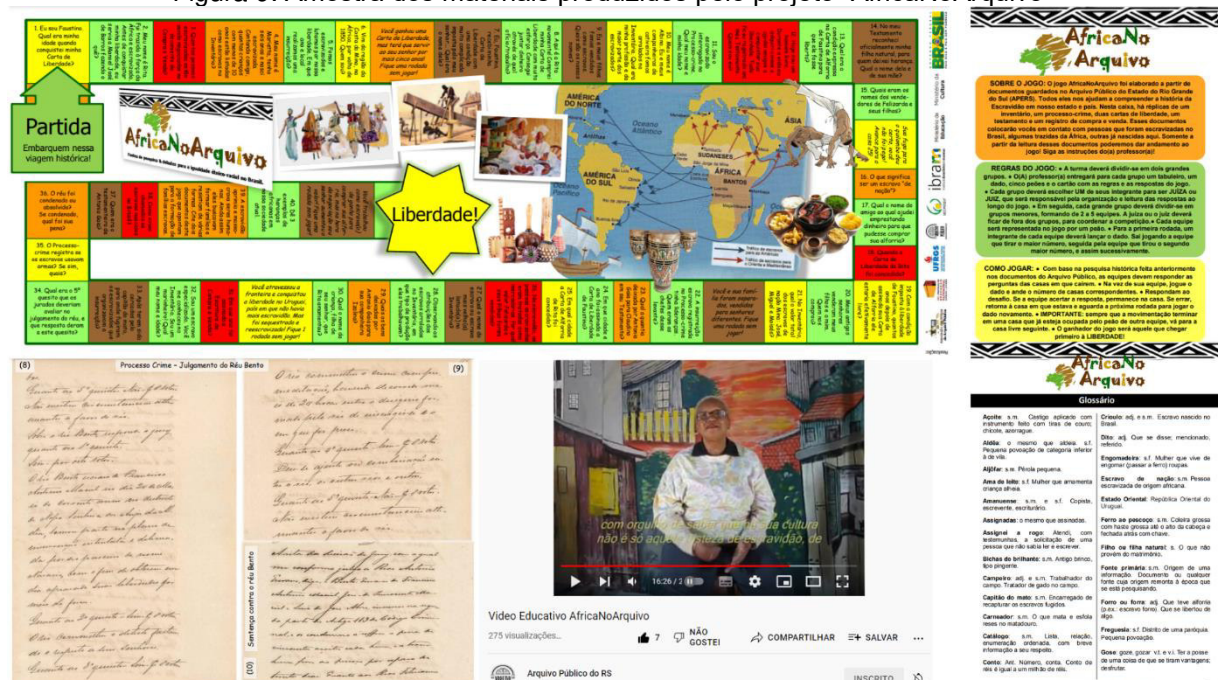
Tal perspectiva é reiterada conforme relato de Sommer (2021)⁵¹ sobre as ações educativas do APERS, ao descrever os diferentes usos do Arquivo para fins educativos, fazendo com que a instituição arquivística se fortaleça, além de prestar o acesso informacional a um número crescente de pessoas, dando a elas a sensação de pertencimento aos Arquivos. Dessa forma, os usuários conseguem “fazer a conexão entre o acesso à informação como um direito, tentando minar com a lógica do sigilo preponderante às informações públicas”, ampliando assim a possibilidade de a sociedade “compreender como buscar um pouco mais de suas histórias e de suas origens” através dos arquivos (ARQUIVO PÚBLICO DO RS, 2021, 1:13:50 min). Contudo, cabe destacar que instituição promove oficinas dos mais diversos temas, voltados para um público-alvo diverso, alinhados a assuntos que estejam em voga e são de interesse da comunidade.

⁵¹ Relato de Clarissa Sommer, Analista em Assuntos Culturais/História da APERS, em participação da live com o tema "Usos educativos dos arquivos: reflexões em tempos de pandemia", organizado pelo APERS, 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/1Q-7gjW6qHU>>

Outra atividade educativa que vale aqui destacar é o Projeto “AfricaNoArquivo – fontes de pesquisa & debates para a igualdade étnico-racial no Brasil”. O projeto tem como propósito difundir o acervo do APERS, além de promover processos de ensino-aprendizagem por meio de documentos produzidos no contexto da escravidão. Sendo assim, ele possibilita reflexões sobre as marcas desse período histórico, e o combate ao racismo. Por se tratar de um projeto desenvolvido através de recursos oriundos de uma premiação⁵² dada a instituição pelo desenvolvimento do mesmo, tais recursos oportunizaram a produção de um material rico. Tal conteúdo por sua vez é difundido para professores utilizarem como material auxiliar em suas aulas, possibilitando o alcance de um público escolar diverso.

Dentre os materiais produzidos⁵³ pelo projeto “AfricaNoArquivo” há: um vídeo educativo, jogo de tabuleiro e suas respectivas regras, material de apoio aos professores, glossário, além de alguns representantes de itens documentais dos acervos da instituição com suas respectivas transcrições, os quais foram utilizados para elaboração do material do jogo. Uma amostra do material produzido pode ser observada na Figura 9.

Figura 9: Amostra dos materiais produzidos pelo projeto “AfricaNoArquivo”



Fonte: Extraído do Site do APERS (2021).

⁵² Recursos do edital Prêmio Pontos de Memória, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

⁵³ O conteúdo completo dos materiais desse projeto pode ser acessado através do site da instituição. Disponível em: <<https://www.apers.rs.gov.br/publicacoes>>

Percebe-se a importância de projetos como esse que, além de disseminar o conhecimento a um número de usuários maior que a instituição eventualmente recebe, ele difunde parte da história sobre a escravidão sobre uma perspectiva lúdica e que reforça a importância das instituições arquivísticas para preservação da história e para o acesso e difusão de tais informações. Além disso, indica-se que ao entregar os materiais do projeto às escolas, que sejam repassadas algumas orientações aos professores, de forma a não segregar os seus alunos com deficiência, durante as práticas ao utilizar o material.

As visitas guiadas/mediadas podem ser presenças com prévio agendamento/cadastro, e virtualmente, serviço este prestado a partir das necessidades impostas na realidade pandêmica do Covid-19 e desenvolvidas até o momento⁵⁴. As visitas presenciais de turmas previamente agendada, incluem tanto o público escolar quanto o universitário. Já as visitas virtuais, são feitas através de prévio agendamento individualizado por e-mail. As visitas na modalidade virtual⁵⁵ ocorrem de modo síncrono, onde além de mostrar aos visitantes os espaços da instituição, é descrito sobre a história da instituição dos acervos que custodia, além dos fazeres arquivísticos, atividades educativas e culturais que desempenha, havendo a interação entre a mediadora da visita e os visitantes ao longo de toda visita. Em ambas formas de visitação observou-se que a equipe técnica organiza e realiza as atividades referentes às visitas mediadas preocupando-se com as demandas e necessidades dos usuários, alinhados a um paradigma arquivístico voltado mais para as necessidades sociais, conforme descreve Vitoriano (2021).

Outras tipologias de ações culturais que vale aqui mencionar são as mesas, palestras, efemérides e afins que são realizadas em meio virtual. Tais eventos, organizados e reproduzidos através das mídias virtuais do APERS, em destaque pelo YouTube, tem alcance de público satisfatório. Além disso, tais conteúdos tem o potencial de inserção de ferramentas acessíveis, como o uso de legendas ou audiodescrição⁵⁶, os quais, se aplicados, irão acessibilizar e difundir as temáticas debatidas durante os eventos para um público maior e diverso.

⁵⁴ Mais informações disponíveis em: <<https://apers.rs.gov.br/visitas-guiadas>>

⁵⁵ Uma amostra de como funciona as visitas virtuais pode ser visualizada através do Canal do YouTube do APERS. Disponível em: <<https://youtu.be/cYUyKXyUP7A>>.

⁵⁶ A audiodescrição consiste na “transformação do conteúdo visual em palavras-chave, para que assim possam ser transmitidas em sons, de forma que estas não passem despercebidas por pessoas com baixa visão ou cegas”, garantindo assim o acesso à informação para qualquer usuário (NASCIMENTO JÚNIOR; SILVA; SILVA, 2020, p.61).

Dentre boas práticas já aplicadas na instituição, um exemplo refere-se as divulgações das atividades arquivísticas da instituição por meio das suas redes sociais. O APERS difunde em suas redes sociais um pouco sobre as atividades arquivísticas desempenhadas, assim como descreve sobre o acervo custodiado, e as ações culturais, educativas e demais atividades de mediação da informação desenvolvidas pelo Arquivo. E nas publicações da conta do APERS é possível encontrar legendas em texto alternativo, afim de acessibilizar o conteúdo imagético difundido. Na Figura 10 é possível visualizar um exemplo de como funciona tal ferramenta de acessibilidade. Indica-se ainda, para que o alcance desta ferramenta seja eficiente, que a mesma legenda em texto alternativo seja incluída na opção “Escrever texto alternativo”⁵⁷ da respectiva rede social, para que os usuários que utilizam ferramentas de acessibilidade tenham o acesso pleno às descrições de imagem.

Figura 10: Exemplo de publicação nas redes sociais da APERS contendo legenda acessível



Fonte: Extraído de Instagram APERS (2019).

Outra boa prática já parcialmente aplicada, refere-se à disponibilização de instrumento de pesquisa, no caso o catálogo seletivo “Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil”, o qual possui além do formato PDF, além

⁵⁷ Menu localizado no item “Configurações avançadas” de cada publicação.

da versão impressa em braile para o uso de usuários PcD com alguma deficiência do tipo visual (que sejam alfabetizados em Braile). Tal iniciativa, por ser aplicada em apesar um instrumento, obviamente não atende toda demanda e respectiva pluralidade de necessidades de todos os tipos de usuários. Porém, conforme investigado, a execução de tal iniciativa viabilizou-se através investimentos financeiros além dos que a instituição arquivística normalmente não provêm para elaboração de projetos similares. Logo, observa-se que a falta de recursos financeiros é um grande impeditivo para implementação de políticas inclusivas como esta, mesmo que haja consciência por parte da equipe técnica e da gestão da instituição sobre a importância de implementação de políticas de acesso à informação e políticas inclusivas.

Sobre as práticas que podem ser facilmente aplicadas, as informações coletadas sobre os integrantes da equipe técnica possuírem ou não capacitação sobre a temática de acessibilidade para a qualificação do atendimento aos usuários mostraram-se vagas e insatisfatórias. Logo, a partir da pesquisa bibliográfica realizada neste sobre dispositivos legais, indica-se que a gestão da instituição as publicize internamente aos seus servidores de forma gradual, como a exemplo da Nota Técnica 01/2014/FADERS, para que os mesmos tomem então conhecimento sobre o assunto. Pois, apesar da existência de um aparato legal não ser o suficiente para se constatar a presença de uma política pública ativa, como alertado por Jardim (2010), ter-se a consciência sobre o assunto é o primeiro passo para criar instituições arquivísticas menos excludentes e capacitistas, como descrito por Gesser, Block e Mello (2020), além de evitar-se o discurso e as ações assistencialistas, descrito por Salasar (2020).

Através da consciência coletiva dos diversos atores que constroem e mantêm o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, além do árduo trabalho que a instituição e seus parceiros tem trilhado para tornar o espaço mais acessível e equânime, que possibilitará a construção de um arquivo para todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste item será apresentado as considerações finais feitas após a análise dos dados investigados e os respectivos resultados obtidos.

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul ao longo de sua trajetória de 116 anos esteve em constante evolução servindo a sociedade. A instituição arquivística durante esse tempo segue atuando em prol da preservação da memória do Estado gaúcho através de ações voltadas à gestão documental e à cultura, além de promover e assegurar o acesso à informação do acervo por ele custodiado. Diante disso, o levantamento de informações gerais sobre a instituição foi eficiente para compreender as atividades de gestão e seus serviços prestados que de alguma forma afetam no acesso e acessibilidade informacional.

Através desse estudo constatou-se que o APERS implementa satisfatoriamente as políticas públicas de acesso à informação. Ainda que sejam necessários alguns ajustes para que tal implementação atinja sua excelência, percebe-se que a instituição arquivística está ciente e alinhada às novas demandas e necessidades de acesso informacional que surgem e se modificam ao longo do tempo. Em contrapartida, os resultados quanto a existência e aplicabilidade de políticas inclusivas na instituição não se mostraram igualmente praticadas e compreendidas pela instituição e seus atores quanto a relevância que as mesmas possuem.

Vale ressaltar que tanto o instrumento de coleta de dados aplicado como a investigação bibliográfica realizada nesse estudo não foram suficientes para possibilitar a construção de uma análise minuciosa sobre como cada dispositivo legal, que aborda as temáticas de políticas públicas de acesso informacional ou inclusivas, é interpretado e aplicado pela equipe técnica e seus gestores. Logo, para que a investigação seja acurada de forma mais eficiente, faz-se necessário mais investigações e análises dos respectivos resultados sobre o assunto.

O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul possui significativas práticas e intervenções para que não haja barreiras de acessibilidade comunicacional com seus usuários, demonstrando seus esforços para conceder um acesso informacional mais transparente, acessível e fluído. Um ótimo exemplo de tais ações são os seus instrumentos de pesquisa que estão em sua totalidade em formato digital, estando assim processáveis para o uso de ferramentas assistivas. Já com relação a acessibilidade instrumental, a instituição arquivística dispõe de diversos instrumentos

que podem ser utilizados para promover o acesso pleno aos usuários com deficiência nas ações de pesquisa no acervo e na participação de ações educativas e culturais. Apesar de ambas acessibilidades apresentarem resultados satisfatórios, ainda há algumas ações a serem implementadas que contribuirão para maior acessibilização na comunicação e na instrumentalização. Como proposições de melhorias, pode-se mencionar, a eliminação de barreiras na comunicação virtual entre usuários-instituição, a disponibilização de instrumentos de pesquisa em diversos formatos (digital, analógico em Braille, etc), ou ainda a aquisição e capacitação da equipe técnica para utilização de outras tipologias de instrumentos de acessibilidade.

Para que a instituição seja um espaço acessível ela necessita extinguir diversas barreiras arquitetônicas. Através da investigação dos aspectos gerais que envolvem a temática, constatou-se que o complexo arquitetônico do APERS não possui acessibilidade para a circulação dos usuários e de sua equipe técnica. Logo, a gestão do Arquivo necessita avaliar formas de reunir recursos financeiros e humanos que tornem viáveis a implementação de melhorias na infraestrutura da instituição, em especial, no prédio III do complexo onde se localizam os espaços amplamente utilizados pelos usuários. Ao usufruir de espaços arquivísticos livre de barreiras arquitetônicas, os usuários tem as suas necessidades informacionais atendidas de forma plena, apropriando-se desses espaços, e assim, ajudam na construção de arquivos que reflitam a pluralidade sociocultural existente. Além disso, uma instituição com espaços acessíveis beneficia também a sua equipe técnica para que ela possa desenvolver as atividades arquivísticas e demais atividades de forma mais eficiente.

Outro aspecto que se observou falho refere-se à acessibilidade atitudinal. A instituição carece de políticas inclusivas internas que estejam em conformidade com o que dispõe a gestão executiva pública estadual e nacional. E um reflexo dessa pouquidade de dispositivos legais sobre políticas inclusivas é a falta de consciência da gestão e de seus servidores sobre a pauta da acessibilidade e a sua influência no acesso informacional de PcD. Mesmo que haja medidas para extinguir com os demais tipos de barreiras que os usuários se deparam, sem a consciência e a qualificação da equipe técnica do arquivo, os usuários enfrentarão as barreiras atitudinais na instituição, incluindo a exclusão e o preconceito (mesmo que inconscientemente). Além disso, os usuários podem também enfrentar dificuldades e constrangimento para realizar atividades de pesquisa no acervo ou para participar das ações educativas e culturais, mesmo que haja a consciência dos servidores, devido à falta de capacitação

dos mesmos. Isso acarreta num atendimento excludente, impossibilitando o acesso dos usuários PcD reais e potenciais.

Sendo assim, este estudo conseguiu identificar a existência e implementação de políticas públicas de acesso à informação e de acessibilidade dos seus acervos. Indica-se para estudos futuros investigações mais aprofundadas sobre as diversas formas como tais políticas são aplicadas pela perspectiva dos mais diversos atores que constroem e mantêm a instituição.

Por meio da coleta de dados e da investigação bibliográfica foi possível vislumbrar que a instituição arquivística apresenta uma diversidade de ações educativas e culturais de mediação informacional, sendo que em sua ampla maioria, há a comunicação, instrumentação e metodologia para atender as demandas informacionais dos usuários com deficiência. Sendo assim, o Arquivo possui ações que promovem a acessibilidade metodológica nos seus espaços. A partir da análise das boas práticas executadas pela instituição e pelos seus arquivistas que beneficiam as PcD, evidencia-se a importância social dos Arquivos na construção de uma sociedade mais equânime e justa. Através de ações de mediação informacional, sejam elas implícitas como em atividades arquivísticas de classificação ou conservação documental, ou na mediação explícita, em atividades como descrição ou difusão arquivística, atrelado a constante preocupação em atender as necessidades informacionais e especificidades de cada usuário, a instituição arquivística empenha-se em cumprir o seu papel social em sua essência, ou seja, promover o acesso à informação a todos, sem distinções.

Por fim, nota-se que o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul opera a favor do acesso à informação de seu acervo para a sociedade. Ademais, ela desenvolve práticas de mediação informacional com a comunidade de forma plena, e as políticas públicas inclusivas são gradualmente inseridas e implementadas nas suas atividades arquivísticas, para a promoção de um acesso informacional cada vez mais ético, isonômico e autônomo.

Para estudos futuros, pretende-se a prossecução dessa pesquisa dando-se o devido protagonismo a comunidade de usuários com deficiência para que eles se apropriem cada vez mais dos espaços arquivísticos. Para tal análise, prospecta-se trazer as demandas informacionais cotidianas deste grupo e debater a temática de políticas públicas inclusivas nos Arquivos através da óptica desses usuários, alinhado ao que é descrito/discutido pelos dispositivos legais e ao que é praticado pelas

instituições arquivísticas brasileiras. Dessa forma, espera-se trazer reflexões sobre a aplicabilidade, eficiência e representatividade de ações de mediação informacional arquivística.

6 REFERÊNCIAS

ALDABALDE, Taiguara Villela. **Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do arquivo público do estado do Espírito Santo**. 2015. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/19742>> Acesso em 08 de ago. de 2021.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em ciência da informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170/170>> Acesso em 17 de ago de 2021.

_____. Inclusão, exclusão e informação. In: NUNES, Martha Suzana Cabral. (Org.) **Desafios da inclusão na práxis pedagógica: saberes e fazeres em ciência da informação**. São Paulo: ABECIN. 2020. Disponível em: <<https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/220>> Acesso em 16 de ago de 2021.

ALVES, Diego da Silva. **Difusão cultural e arquivos públicos**. 2020. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/22780>> Acesso em 20 de ago de 2021.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DO RS. Vídeo. (2:07:45 min). **115 anos do APERS - Live de 10/03/2021**. 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/1Q-7gjW6qHU>>. Acesso em 13 de jan. de 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2004. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

BARBOSA, Irany Rodrigues; DOS SANTOS FRANKLIN, Kleane Pâmela. A função social do arquivista: uma abordagem sobre inclusão e acessibilidade nos arquivos. In: **Congresso Nacional de Arquivologia - CNA**. 2016. p.559-568. Disponível em: <http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0559-0568.pdf> Acesso em 22 de ago. de 2021.

BARBOSA, Livia; BARROS, Ana Paula do Nascimento. Os estudos sobre deficiência informando a política pública: a experiência da Universidade de Brasília na construção do Modelo Único de Avaliação da Deficiência. In: GESSER, Marivete; BOCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (organizadoras) **Experenciando capacitismo: a vivência de três pessoas com deficiência**. – Curitiba: CRV, 2020. 248 p.

BASTOS, Karolina Vieira da Silva. Os desafios encontrados no acesso à informação digital por pessoas com deficiência visual. In: SOUTO, Virgínia T.; CAMARA,

Rogério J. (org.). **Anais do II Seminário de Pesquisa em Design, Tecnologia e Sociedade**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade de Brasília, pp. 28–31, 2016. Disponível em:

<<https://www.ppgdesign.unb.br/images/anais/08-bastos-Anais-II-seminario-PPGDesign-UnB-2016.pdf>>. Acesso em 15 de jan. de 2022.

BELÉM, Fabiane Marques. Gestão documental sistêmica e as adversidades na implantação de um sistema de arquivos na esfera governamental. **Revista do Arquivo**, n. 3, p. 1-16, Out. 2016. ISSN: 2447-908X. Disponível

em:<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/03/pdf/BELÉM_Fabiane_Marques_-_Gestao_documental_sistemica_e_as_adversidades_na_implantacao_de_um_sistema_de_arquivos_na_esfera_governamental.pdf> Acesso em 22 de set de 2021.

> Acesso em 22 de set de 2021.

BERNARDO, Cláudio Gonçalves; KAFURE, Ivette; SILVA, Tiago Barros Pontes. Pessoa com deficiência visual e a acessibilidade à informação para mobilidade indoor. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, p. e020036-e020036, 2020. Disponível

em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8661391/25511>> Acesso em 11 de jan de 2022.

BRANDÃO, Gleice; BORGES, Jussara. O perfil do mediador da informação no século XXI: competências necessárias. In: **XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2021, Rio de Janeiro. Anais do XXI ENANCIB. Rio de Janeiro: ANCIB, 2021. v. 1. p. 1-15. Disponível em:

<<https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/135/280>>. Acesso em 21 de jan. de 2022.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília: República Federativa do Brasil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em 19 ago. 2021.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Brasília: República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em 19 de ago. de 2021.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Brasília: República Federativa do Brasil. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em 19 ago. 2021.

_____. **e-MAG**: Modelo de acessibilidade em governo eletrônico. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em:<<http://emag.governoeletronico.gov.br/>>. Acesso em 20 de ago. de 2021.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília: República Federativa do Brasil. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20112014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em 11 de ago. de 2021.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: República Federativa do Brasil. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 18 ago. 2021.

CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo** - Revista do Arquivo Nacional, v. 25, n. 1, 2012, p. 35-44. Disponível em:
<<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/55031>> Acesso em 16 de ago de 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação sobre pessoa com deficiência**. Symone Maria Bonfim (organizadora). – 8. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. 159 p.

CAMPAGNOLI, Camilla Gama; GRIGOLETO, Maira Cristina. Acessibilidade em arquivos: estudo sobre garantias de direitos aos portadores de necessidades especiais. In: **Congresso Nacional de Arquivologia** – CNA. 8., 2018, João Pessoa. Anais eletrônicos. Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 189-208, out.2018. Disponível em:
<<https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/46457>> Acesso em 26 de ago. de 2021.

CASTRO, Astréa Moraes; CASTRO, Andressa Moraes; GASPARIAN, Danusa de Moraes. **Arquivística: técnica, arquivologia, ciência**. Brasília: ABDF, 1985.

COMASSETO, Aline Nascimento Maciel. **Acessibilidade e acesso no APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Monografia de Especialização (Especialização em Gestão de Arquivos) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2012. Disponível em:<<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/13944>> Acesso em 20 de jan de 2022.

COSTA, Luciana Ferreira da; SILVA, Alan Curcino Pedreira da; RAMALHO, Francisca Arruda. Para além dos estudos de uso da informação arquivística: a questão da acessibilidade. **Ciência da Informação**, v. 39, p. 129-143, 2010. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ci/a/m3V9fTBNTdTZwBnptLwPzgC/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 14 de ago de 2021.

COSTA, Michelle Karina Assunção; MOREIRA, Cesar dos Santos; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Acessibilidade em Bibliotecas, no horizonte da Agenda 2030: reflexões necessárias. **Folha de Rostto**, v. 7, n. 3, p. 86-113, 9 jan. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderostto/article/view/676>> Acesso em 12 de jan. de 2022.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência SEDPcD/Diversitas/ USP Legal** – São Paulo, junho/2013. p. 1-14. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/145111795-Por-uma-genealogia-do-capacitismo-da-eugenia-estatal-a-narrativa-capacitista-social.html>> Acesso em: 19 de ago de 2021.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 49.111, de 16 de maio de 2012. Porto Alegre: Palácio Piratini. Disponível em: <<https://www.centraldocidadao.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/15104457-decreto-estadual-49-111-2012.pdf>> Acesso em 20 de ago. de 2021.

_____. Lei n.º 13.320, de 21 de dezembro de 2009. Porto Alegre: Palácio Piratini. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2013.320.pdf>> Acesso em 20 de ago. de 2021.

_____. Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos – SJCDH/RS. **Nota Técnica nº 01**, de 10 de janeiro de 2014 da FADERS. Disponível em: <<https://faders.rs.gov.br/upload/arquivos/202012/11161528-01-2014-nota-tecnica-terminologia-e-acessibilidade.pdf>> Acesso em 21 de ago. de 2021.

_____. Decreto nº 52.808, de 18 de dezembro de 2015. Porto Alegre: Palácio Piratini. Disponível em: <<https://www.apers.rs.gov.br/upload/arquivos/202002/05170253-reorganiza-o-siarqrs.pdf>> Acesso em 21 de jan. de 2022.

FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um perfil de bibliotecário protagonista. In: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 106-125, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/101368>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FUJINO, Asa. Acessibilidade informacional de PcD no contexto da Lei de Acesso à Informação: desafios para estudo de usuários. **Revista Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp., p. 237-257, out. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28422/1/2017_art_afujino.pdf> Acesso em 22 de ago. de 2021.

GARCIA, Carla Cristina. **Sociologia da acessibilidade**. Ed. IESDE BRASIL SA, 2012. 156 p.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social In: GESSER, Marivete; BOCK, Geisa Letícia Kempfer; LOPES, Paula Helena (organizadoras) **Experienciando capacitismo: a vivência de três pessoas com deficiência**. – Curitiba: CRV, 2020. 248 p. Disponível em: <https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPID/publicacoes/14609_livro-estudos-sobre-deficiencia-2020.pdf> Acesso em 13 de set. de 2021.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3ª.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes- POD, 2009. 458p.

GOULART, Andrea Heloiza. KAFURE, Ivette. Estudos de usuários da informação sob a perspectiva das práticas informacionais. **Revista Interamericana de Bibliotecología**. Medellín (Colombia). v. 44, n. 3, e334004. set-dez. 2021. Disponível em:<<https://revistas.udea.edu.co/index.php/RIB/article/view/334004/20806059>> Acesso em 25 de ago de 2021.

GUERRA, Érica Simony F. de Melo; VECHIATO, Fernando Luiz. O acesso democrático à informação: a produção de materiais informacionais digitais acessíveis em instituições de ensino superior. In: LIMA, Izabel França de; FRANÇA, Fabiana da Silva (Organizadoras). **Informação e inclusão**: Construto teórico-prático na pós-modernidade. 1a ed. Campina Grande: EDUEPB, 2020. 391p.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General** Teoría y Práctica – actualizada y aumentada. Sevilla: Editora Diputación Provincial de Sevilla, 5ª edição.1991.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES – ICA. **Declaração Universal sobre os Arquivos adotada pela 36ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO**. 2011. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf> Acesso em 14 de ago de 2021.

JARAMILLO, Orlanda. Políticas públicas para el desarrollo y fortalecimiento de la biblioteca pública. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 29, n. 1, p. 31-62, 2006. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/97880>> Acesso em 2 de ago de 2021.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v.5, n.5, p.10-15, out-2004. Disponível em: <https://antoniojam.files.wordpress.com/2012/11/datagramazero_rio_de_janeiro-552004-estudos_de_usuarios_em_arquivos_em_busca_de_um_estado_da_arte.pdf>. Acesso em 13 de ago de 2021.

_____. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas**: Políticas de Informação na Sociedade em Rede. n.10. abr. 2010. Disponível em:<<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/159>> Acesso em 13 de ago de 2021.

KAFURE MUÑOZ, Ivette; IORIS, Maiara Nicolodi; PEREIRA, Fernando Henrique Lopes. **Convivência entre as pessoas que vivem a deficiência de maneiras diferentes**: a Pedagogia da Cooperação para venSer juntos. 1. ed. - Brasília: Faculdade de Ciência da Informação. 2021. Disponível em:<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41884/3/LIVRO_ConvivenciaPessoasVivem.pdf> Acesso em 11 de jan de 2022.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LOPES, Lucas Silva. Luta de pessoa com deficiência enfrenta ostracismo social, intolerância e capacitismo. **Justificando**, 2017. Disponível em: <<https://www.justificando.com/2017/09/21/luta-de-pessoa-com-deficiencia-enfrenta-ostracismo-social-intolerancia-e-capacitismo/>>. Acesso em: 24, ago e 2021.

LOPES, Luís Carlos. **A informação e os Arquivos**: teorias e práticas. Niterói: Edufscar, 1996. 142p.

LOUSADA, Mariana. **A mediação da informação na Teoria Arquivística**. 2015. 135 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124379>>.

_____. A mediação da informação e a Arquivologia: aproximações teóricas. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 11, n. 1, p. 117-134, 2016.

_____; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. A Mediação da Informação e a Arquivística: Aproximações Teóricas. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p.259-274. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_arquivologia.pdf>.

LOUSADA, Mariana; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Mediação da informação orgânica sob a perspectiva do processo decisório empresarial: análise do papel do arquivista. **Revista EDICIC**, v. 1, n. n.3, p. 248-262, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/115217>>. Acesso em 18 de jan. de 2022.

NASCIMENTO JÚNIOR, Evanildo Freitas do; SILVA, Carla Mara da.; SILVA, Luiz Antônio Santana da. "Olhares cegos": transformando fotografias em sons - a importância da audiodescrição no acesso à informação por usuários com deficiência visual. **Ciência da Informação em Revista**, v. 7, n. esp., p. 57-69, 2020. Disponível em:<<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/135456>> Acesso em: 22 jan. 2022.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para bibliotecas**: um instrumento de acessibilidade para todos. Monografia de Conclusão de Curso (Curso de Biblioteconomia). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/28114>> Acesso 12 de ago de 2021.

OLIVEIRA, Michele Padilha Dall Agnol de. Estudo do comportamento de busca e uso da informação dos usuários da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Monografia de Conclusão de Curso (Curso de Biblioteconomia). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS: 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/88825>> Acesso em 19 de jan. de 2022.

PARRELA, Ivana Denise. Difusão no e do arquivo: comunicação, mediação e ações educativas e culturais. In: **Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Difusão em Arquivos: para que serve? Revista do Arquivo, São Paulo, v. 1, n. 10, 2020, p. 10-13. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/10/pdf/Revista_do_Arquivo_n10.pdf> Acesso em 23 de ago de 2021.

QUEIROZ, Marco Antonio de. Como designar pessoas que têm deficiência?

Bengala Legal. 2009. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 30 de jul de 2021.

RABELLO, Rodrigo; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco. Usuário de informação e ralé estrutural como não-público: reflexões sobre desigualdade e invisibilidade social em unidades de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 30, n. 4, p. 1-24, 2020. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/41794/>> Acesso em 19 de ago de 2021.

ROCHA, Márcia Medeiros da. **Sistema de Arquivo do Estado - SIARQ**: um modelo de gestão documental para a esfera pública. APERS. 2006. Disponível em: <<https://apers.rs.gov.br/publicacoes>> Acesso em 22 de jan. de 2022.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SALASAR, Desirée Nobre. Um museu para todos: a relevância do programa de acessibilidade. In: BACHETINI, Andréa Lacerda; BOJANOSKI, Silvana de Fátima (org.). **Anais da Semana dos Museus da UFPel**: 2020. Pelotas: UFPel, 2020. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/6644>> Acesso em 12 de ago de 2021.

SANTANA, Yanara Dorado; GARCIA, Gemima da Purificação Custódio. Os usuários da Informação no arquivo: uma aproximação a seus estudos desde as Ciências da Informação. **e-Ciencias de la Información**, v. 8, n. 2, 30 jun. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/eciencias/article/view/32602>> Acesso em 12 de nov. de 2021.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli. **Mediação e difusão em arquivos inter-relações teóricas**. 2020. Disponível em:

<<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/52744>> Acesso em 21 de ago. de 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma Sociedade para Todos. WVA, Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Como chamar as pessoas que tem deficiência?** São Paulo, 2005.

Disponível em: <https://www.henriquetateixeira.com.br/artigo-detalle.php?a=591&artigo=Como_chamar_as_pessoas_que_tA%AAm_deficiA%AAncia?> Acesso em 3 de ago de 2021.

_____. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano 12, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319> Acesso em 9 de ago de 2021.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção e seu objeto científico**: concepções, trajetórias e contextualizações. 2012, 320 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>> Acesso em 18 de ago de 2021.

SILVA, Edna Lucia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. UFSC, Florianópolis, 4a. edição, v. 123, 2005. Disponível em: <https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf> Acesso em 6 de ago de 2021.

SILVA, Samara Matias da; CUSIN, Cesar Augusto. Políticas públicas de acessibilidade para pessoas com deficiência. In: LIMA, Izabel França de; FRANÇA, Fabiana da Silva (Organizadoras). **Informação e inclusão**: Construto teórico-prático na pós-modernidade. 1a ed. Campina Grande: EDUEPB, 2020. 391p.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da informação**, v. 16, p. 21-44, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pci/a/pXsQkdYw4W3BMkS33WtcDRC/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 13 de ago de 2021.

VITORIANO, Marcia Cristiana de Carvalho Pazin. Perfis de usuários em arquivos: categorias, comportamento e serviços de informação. In: CASARIN, Helen de Castro Silva. **Usuários da Informação e Diversidade**. 1. ed. – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. 250 p. Disponível em: <https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/275>. Acesso em 18 de ago. de 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumento de Coleta de dados aplicado na APERS

Instrumento de coleta de dados para investigação do uso das políticas inclusivas e da acessibilidade na APERS

Prezado(a),

Sou Alice Tavares da Silva, acadêmica do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Este questionário, enviado aos cuidados da Divisão de Preservação, Acesso e Difusão do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, é um instrumento de coleta de dados para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do referido curso, sob orientação da professora Ma. Andrea Gonçalves dos Santos.

Este instrumento tem o propósito de coletar informações sobre a existência de políticas e/ou ações no APERS, que tratem de acesso à informação e acessibilidade dos acervos, assim como investigar os procedimentos existentes para mediação informacional do público de pessoas com deficiência, para por fim apontar boas práticas que possam ser utilizadas na instituição arquivística ou executadas pelo(s) arquivista(s), em benefício do acesso informacional do público analisado.

Os resultados e a realização das propostas de boas práticas serão apresentados na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II em monografia ao Curso de Arquivologia. Sua colaboração é de suma importância para o desenvolvimento desse trabalho.

Solicito a autorização para o uso das respostas na elaboração da monografia no Trabalho de Conclusão de Curso II, e me comprometo a manter total sigilo das informações de identificação pessoal prestadas.

Este questionário está dividido em 6 etapas:

- 1 - Informações gerais da instituição analisada;
- 2 - Características do acervo e das instalações da instituição;
- 3 - Informações gerais sobre o acesso informacional;
- 4 - Perfil dos usuários da instituição: usuários com deficiência;
- 5 - A acessibilidade na instituição;
- 6 - Políticas públicas inclusivas frente a realidade dos Arquivos.

Rio Grande, 2 de dezembro de 2021.

*Preenchimento obrigatório.

*Obrigatório

E-mail *

Declaro ter sido informado deste instrumento de coleta de dados e concordo em participar do preenchimento dele. Aceito a participação, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com exclusivo objetivo de colaborar destapesquisa, respondendo ao questionário, conforme acima descrito: *

☐ Concordo

☐ Discordo

Declaro que autorizo a divulgação das informações no trabalho e o uso das informações deste instrumento nos produtos resultantes da disciplina de TCC II conforme acima descrito: *

☐ Concordo

☐ Discordo

Declaro a autorização expressa sobre a utilização de imagens das instalações do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS, do qual sou servidor(a), em caráter definitivo e gratuito fornecido para a acadêmica Alice Tavares da Silva, do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio grande – FURG, sob a orientação da professora Ma. Andrea Gonçalves dos Santos. As imagens poderão ser exibidas no referido trabalho, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na internet, fazendo-se constar os devidos créditos. Da mesma forma, a acadêmica fica autorizada a executar a edição e montagem das fotos e/ou filmagens, bem como produzir os respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados. *

☐ Concordo

☐ Discordo

1 - Informações gerais da instituição analisada

Todas as perguntas a seguir são referentes a instituição APERS e seu respectivo corpo de servidores/prestadores de serviços

Nome da entidade *

Responsável pela entidade *

Se possível preencher com o nome completo, cargo e período que ocupa o cargo

Vinculação administrativa/Subordinação da entidade *

Competências/atribuições da entidade *

Se preferir, pode indicar fontes ou links que remetam às competências e/ou atribuições da entidade.

Informações sobre da entidade: Funcionamento *

Esta pergunta refere-se às informações sobre o funcionamento (dias e horários). Se preferir pode indicar fontes ou links que remetem a estas informações

Informações sobre a entidade: Serviços prestados *

Esta pergunta refere-se aos serviços oferecidos pela entidade a usuários internos e externos. Se preferir pode indicar fontes ou links que remetem a estes serviços.

Características da equipe técnica (servidores) - APERS *

Esta pergunta refere-se à quantidade de pessoas e cargos que compõem a equipe técnica da APERS (arquivistas, técnicos de arquivo, técnicos administrativos, auxiliares administrativos, terceirizados, etc). Se preferir pode indicar fontes ou links que remetam a estas informações.

Características da equipe técnica (estagiários/ bolsistas/ voluntários) - APERS *

Esta pergunta refere-se à quantidade de pessoas que realizam atividades junto a equipe técnica da APERS (estagiários em regime obrigatório, estagiários em regime não obrigatório, bolsistas, voluntários, etc.). Se preferir pode indicar fontes ou links que remetam a estes serviços.

Características da equipe técnica (servidores e/ou estagiários/ bolsistas/ voluntários) - APERS: pessoas com deficiência

Quanto ao quadro atual de servidores e/ou estagiários/ bolsistas/ voluntários do APERS, no que diz respeito sobre a presença de servidores, estagiários/bolsistas/voluntários e/ou usuários que DECLARADAMENTE se definem como pessoas com deficiência, marque a opção que mais de adequa a esta situação.

- ☐ Nenhum dos servidores e/ou estagiários/bolsistas/voluntários possuem declaradamente algum tipo de deficiência
- ☐ Há servidores e/ou estagiários/bolsistas/voluntários que declaradamente possuem algum tipo de deficiência
- ☐ Desconhece essa informação

2 - - Características do acervo e das instalações da instituição

Esta seção refere-se a coleta de algumas informações gerais sobre o acervo arquivístico custodiado pela APERS, que auxiliarão na análise das informações sobre a instituição.

Qual a localização do acervo? *

Favor indicar o prédio, sala ou estante, se preferir pode indicar fontes ou links que remetam a localização do acervo

Qual é o volume (aproximado) do acervo arquivístico? *

Favor indicar a quantidade estimada de caixas, pastas, documentos avulsos ou encadernados (ou seu quantitativo equivalente em metros lineares). Se preferir pode indicar fontes ou links que remetam a esta informação.

Quais são os tipos documentais existentes no acervo? *

Esta pergunta baseia-se na observação direta das etiquetas que as caixas possuem ou pelo conhecimento dos tipos documentais que existam no acervo. Se preferir pode indicar fontes ou links que remetam a esta informação.

Qual(is) o(s) gênero(s) documental(is) observado(s) no acervo? *

Esta divisão baseia-se em Paes (2006), conforme as características de forma e conteúdo.

- ☐ Textuais ou Escritos (documentos manuscritos, datilografados ou impressos)
- ☐ Cartográficos (documentos em formatos e dimensões variáveis: mapas, plantas, etc.)
- ☐ Informáticos (documentos tratados ou armazenados em computador: disco rígido, disco rígido externo, disquete, CD, DVD, pendrive, etc.)
- ☐ Micrográficos (documentos em suporte fílmico: rolo, microficha, jaqueta, cartão-janela)
- ☐ Iconográficos (documentos contendo imagens estáticas: fotografias, diapositivos, desenhos, gravuras)
- ☐ Sonoros (documentos em dimensões e rotações variáveis: discos e fitas audiomagnéticas)
- ☐ Filmográficos (documentos em películas cinematográficas e fitas magnéticas) Outro:
 - ☐ _____

O acervo teve algum tipo de tratamento arquivístico? *

As relações de funções arquivísticas a seguir são mencionadas por Rousseau e Couture (1998). Levando-se em conta o acervo como todo, descrever quais destas foram aplicadas.

- ☐ Classificação
- ☐ Aquisição
- ☐ Preservação/ Conservação
- ☐ Avaliação
- ☐ Descrição
- ☐ Difusão
- ☐ Recebeu tratamento arquivístico parcialmente
- ☐ Não recebeu tratamento arquivístico
- ☐ Desconhece esta informação Outro:
 - ☐ _____

Quais os tipos de ações de mediação da informação (de forma explícita) são desenvolvidas aos usuários? *

O conceito de mediação da informação explícita é mencionado por Almeida Júnior (2009), que descreve a mediação enquanto função arquivística que caracteriza-se pelo projeto e execução de atividades levando em conta as necessidades dos usuários, sendo subdividida em mediação implícita e explícita, onde a primeira refere-se as ações desenvolvidas pelo arquivista sem a presença dos usuários (ex.: diagnóstico; produção documental; avaliação; tramitação dos documentos; transferência; conservação e restauração dos documentos, etc), e, conseqüentemente, a mediação explícita refere-se as ações desenvolvidas pelo arquivista que inevitavelmente contemplam da presença (física ou remotamente) dos usuários (ex.: atendimento ao pesquisador, historiador, ou cidadão; entrevista de referência; exposições; palestras; efemérides, etc)

Características do edifício (projeto do conjunto arquitetônico) *

Vale destacar que entende-se aqui que como um conjunto arquitetônico "em más condições de conservação" conforme mencionado são aqueles com necessidade de alterações/adaptações em seus projetos (estrutural/arquitetônico, elétrico, hidráulico, climatização, etc) para então atender as demandas de custódia e de conservação do acervo arquivístico, e para a segurança do acervo, dos servidores e usuários.

- ☐ Conjunto arquitetônico com projeto próprio para atender as demandas de custódia de acervos arquivísticos, em boas condições de conservação
- ☐ Conjunto arquitetônico com projeto próprio para atender as demandas de custódia de acervos arquivísticos, em más condições de conservação
- ☐ Conjunto arquitetônico com adaptações para atender as demandas de custódia de acervos arquivísticos, em boas condições de conservação
- ☐ Conjunto arquitetônico com adaptações para atender as demandas de custódia de acervos arquivísticos, em más condições de conservação
- ☐ Desconhece essas informações Outro:
 - ☐ _____

Características do edifício: construção do conjunto arquitetônico *

Considerando que a data da construção do conjunto arquitetônico em que APERS está instalado atualmente, sendo um prédio antigo/ e ou com algum grau de tombamento, pode ser um fator dificultante na execução de adaptações no seu projeto estrutural para torná-lo mais acessível aos seus servidores, usuários e demais públicos que circulam em suas instalações. Vale destacar que considerou-se que uma edificação é antiga quando possui mais de 20 anos de construção, assim como uma construção recente possui menos de 20 anos de construção.

- ☐ Todo conjunto arquitetônico é constituído por prédios tombados
- ☐ Parte do conjunto arquitetônico é constituído por prédio(s) tombado(s)
- ☐ O conjunto arquitetônico não possui prédios tombados
- ☐ Todo conjunto arquitetônico é composto por construções antigas
- ☐ Todo conjunto arquitetônico é composto por construções recentes
- ☐ Todo conjunto arquitetônico é composto por construções antigas e recentes
- ☐ Desconhece essas informações Outro:
- ☐ _____

3 - Informações gerais sobre o acesso informacional

Essa seção refere-se a ao atendimento aos usuários (internos e externos) que solicitam acesso à documentação na entidade custodiadora

Acesso informacional do acervo: Formas de atendimento *

Esta pergunta refere-se as formas disponibilizadas de atendimento pela instituição para o acesso informacional

- ☐ Atendimento presencial
- ☐ Telefone
- ☐ E-mail
- ☐ Correspondência
- ☐ Página web. Outro:
- ☐ _____

Acesso informacional do acervo: Horários de atendimento *

Esta pergunta refere-se aos horários disponibilizados para o atendimento pela instituição para o acesso informacional

Acesso informacional do acervo: Condições gerais de acesso aos usuários *

Esta pergunta refere-se ao condições de acesso do acervo

- ☐ Consulta aberta ao público (externo e interno)
- ☐ Consulta aberta ao público (apenas ao interno)
- ☐ Consulta restrita
- ☐ Sem consulta Outro:
- ☐ _____

Acesso informacional do acervo: Condições gerais de acesso aos usuários

Em caso de "Consulta restrita" na pergunta anterior, quais as motivações para tal

- ☐ Documentação classificada como sigilosa
- ☐ Estado de
- ☐ conservação do acervo
- ☐ Em fase de organização do acervo
- ☐ Necessidade de autorização
- ☐ Necessidade de prévio aviso Outro:
- ☐ _____

4 - Perfil dos usuários da instituição: usuários com deficiência

Aqui será abordado brevemente o perfil dos usuários do APERS, no que diz respeito sobre a presença de usuários que declaradamente se enquadram como: 1) Pessoas com deficiência, que de acordo com o descrito no Decreto Federal nº 5.296/2004, há as seguintes classificações de grupos de pessoas com deficiência: deficiência mental; deficiência visual; deficiência motora; deficiência auditiva; e deficiência física. 2) Outras classificações não conceituadas como deficiência, porém que, segundo Guerra e Vechiato (2020), necessitam de apoio em relação à acessibilidade por conta de sua condição específica, como é o caso de: Pessoas com altas habilidades (que necessitarão de apoio/adaptações nos ambientes em que se relacionam devido à sua condição atípica quanto as suas habilidades sociais); Pessoas com distúrbios de aprendizagem (ex.: dislexia e discalculia); e Distúrbios de Déficit de Atenção, Comportamento e Conduta (ex.: Distúrbio de Déficit de Atenção - DDA, Distúrbio de Hiperatividade com Déficit de Atenção - DHDA, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH).

Na instituição há o registro/cadastro de todos os usuários (internos e externos) que solicitam acesso a algum item do acervo? *

- ☐ Sim, há o registro/cadastro de todos os usuários (internos e externos) que solicitam acesso a algum item do acervo
- ☐ Há o registro/cadastro dos usuários (internos e externos) que solicitam acesso a alguns itens do acervo, porém não em sua totalidade
- ☐ Não, não há o registro/cadastro dos usuários (internos e externos) que solicitam acesso a algum item do acervo

Na instituição há o registro/cadastro de todos os usuários (internos e externos) que participam das ações educativas, visitas guiadas, ou em outros tipos de ações culturais (como, por exemplo: efemérides, exposições, palestras, entre outras)? *

- ☐ Sim, há o registro/cadastro de todos os usuários (internos e externos) que participam das ações educativas, visitas guiadas, ou em demais ações culturais
- ☐ Não, não há o registro/cadastro de todos os usuários (internos e externos) que participam das ações educativas, visitas guiadas, ou em demais ações culturais
- ☐ Há apenas o registro/cadastro dos usuários (internos e externos) que participam das ações educativas
- ☐ Há apenas o registro/cadastro dos usuários (internos e externos) que participam das visitas guiadas
- ☐ Há apenas o registro/cadastro dos usuários (internos e externos) que participam de outras ações culturais que não as citadas acima
- ☐ Outro: _____

No caso de existir algum tipo de registro dos usuários (seja em sua totalidade ou em parcela dos usuários), eles possuem algum meio de solicitar/comunicar que irão necessitar de algum apoio quanto a alguma forma de acessibilidade? Se sim, como funciona? *

5 - A acessibilidade na instituição

Segundo Sassaki (2002), a acessibilidade é classificada em 6 tipos: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática. A seguir, cada uma dessas subdivisões será brevemente analisada separadamente.

Acessibilidade atitudinal

Sabe-se que a acessibilidade atitudinal, segundo Sassaki (2002), refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Logo, todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras. Responda sobre a acessibilidade atitudinal prestada através de ações da instituição.

Os servidores possuem algum tipo de capacitação sobre a questão da acessibilidade para melhor atender as necessidades dos usuários com deficiência, tanto no que se refere a ter uma conduta respeitosa durante o atendimento aos usuários com deficiência, quanto para ter-se ciência das especificidades deste atendimento? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Desconhece essa informação

O(s) arquivista(s) do APERS tem conhecimento da legislação pertinente à acessibilidade, em âmbito federal e estadual? *

- ☐ Sim
- ☐ Sim, e possuem capacitação
- ☐ Não
- ☐ Desconhece essa informação

O(s) arquivista(s) do APERS tem conhecimento de tecnologias assistivas que beneficiam o acesso da informação? *

- ☐ Sim
- ☐ Sim, e possuem capacitação
- ☐ Não
- ☐ Desconhece essa informação

Acessibilidade arquitetônica

Sabendo que a acessibilidade arquitetônica, segundo Sasaki (2002), refere-se a eliminação das barreiras ambientais físicas nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos, responda sobre a acessibilidade arquitetônica no(s) edifício(s) em que a documentação da entidade custodiadora se encontra e são feitas as consultas presenciais. Neste levantamento será abordado as principais barreiras e/ou meios de eliminação destas barreiras especialmente para seus usuários.

Os edifícios que compõem o conjunto arquitetônico do APERS em que os usuários (internos e externos) circulam possuem quantos pavimentos (andares)? *

Esta informação, em conjunto das respostas das perguntas seguintes, será importante para vislumbrar a realidade das instalações do APERS quanto a acessibilidade arquitetônica do local.

- ☐ Todos edifício do conjunto arquitetônico possuem somente o pavimento térreo, ou somente no pavimento térreo que há a circulação de usuários
- ☐ Algum dos edifícios ou todos os edifícios em que os usuários circulam possuem mais de um pavimento (andar)
- ☐ Outro: _____

Os edifícios que compõem o conjunto arquitetônico do APERS em que os usuários (internos e externos) circulam possuem quantos locais de acesso? *

Esta informação, em conjunto das respostas das perguntas seguintes, será importante para vislumbrar a realidade das instalações do APERS quanto a acessibilidade arquitetônica do local. E o termo "acesso secundário" aqui utilizado refere-se a opção de acesso raramente utilizado ou utilizado para outras finalidades que não a circulação de pessoas.

- ☐ O conjunto arquitetônico possui apenas um acesso principal para os usuários entrarem/saírem da APERS
- ☐ O conjunto arquitetônico possui mais de um acesso principal para os usuários entrarem/saírem da APERS
- ☐ O conjunto arquitetônico possui um ou mais acessos secundários para os usuários entrarem/saírem da APERS Outro:
- ☐

Acessibilidade arquitetônica para usuários (internos e externos): Rampas e elevadores - quais destes itens estão presentes nas instalações do Arquivo? *

Este item baseia-se no conceito de rampas e elevadores que foram construídos segundo os parâmetros da NBR-9050 (norma de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), ou seja, rampas e elevadores construídos com a finalidade de tornar a circulação da edificação acessível. No caso do projeto de rampas, é ilustrado na figura três exemplos de rampas acessíveis.



- ☐ O(s) acesso(s) principal(is) do conjunto arquitetônico possui(em) rampas
- ☐ O(s) acesso(s) secundário(s) do conjunto arquitetônico possui(em) rampas
- ☐ O interior do prédio possui rampas ou elevadores para dar total autonomia aos espaços que os usuários circulam
- ☐ O interior do prédio possui apenas rampas como opção de acesso aos espaços que os usuários circulam
- ☐ O interior do prédio possui apenas elevadores como opção de acesso aos espaços que os usuários circulam
- ☐ O interior do prédio não possui rampas nem elevadores nos espaços que os usuários circulam
- ☐ Um ou mais elevadores (se houver) possui(em) dimensões e capacidade de carga para transportar pessoas com equipamentos de apoio à mobilidade (cadeira de rodas, muletas, bengalas, andadores, entre outros) ou pessoas com peso elevado
- ☐ Outro: _____

Acessibilidade arquitetônica para usuários (internos e externos): Escadas ou degraus - quais destes itens estão presentes nas instalações do Arquivo? *

Este item baseia-se nas proposições básicas a serem levadas em conta no que se refere ao projeto e uso de escadas ou degraus segundo os parâmetros da NBR-9050 (norma de acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos). A seguir, é ilustrado na figura três exemplos de escadas acessíveis.



- ☐ O(s) acesso(s) principal(is) do conjunto arquitetônico possui(em) escadas ou degraus
- ☐ O(s) acesso(s) secundário(s) do conjunto arquitetônico possui(em) escadas ou
- ☐ degraus
- ☐ O interior do prédio possui apenas escadas como opção para os usuários circularem entre os pavimentos (andares)
- ☐ O interior do prédio possui escadas e elevadores como opção para os usuários circularem entre os pavimentos (andares)
- ☐ O interior do prédio possui apenas elevadores como opção de acesso aos espaços que os usuários circulam
- ☐ As escadas possuem sinalização de piso podotátil
- ☐ As escadas não possuem sinalização de piso podotátil As escadas possuem corrimão
- ☐ Parte das escadas possuem corrimão
- ☐ As escadas não possuem corrimão Outro:
- ☐ _____

Acessibilidade arquitetônica para usuários (internos e externos): Piso podotátil - quais destes itens estão presentes nas instalações do Arquivo? *

Este item refere-se ao uso de piso podotátil que foram instalados segundo os parâmetros da NBR-9050 (norma de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos), ou seja, foram instalados com a finalidade de tornar a circulação da edificação acessível.



- ☐ O(s) acesso(s) principal(is) do conjunto arquitetônico possui(em) piso podotátil
- ☐ O(s) acesso(s) principal(is) do conjunto arquitetônico não possui(em) piso podotátil
- ☐ O(s) acesso(s) secundário(s) do conjunto arquitetônico possui(em) piso podotátil
- ☐ O(s) acesso(s) secundário(s) do conjunto arquitetônico não possui(em) piso podotátil
- ☐ O interior do prédio possui piso podotátil em todos os ambientes de circulação que os usuários têm livre acesso
- ☐ O interior do prédio possui piso podotátil em parte dos ambientes de circulação que os usuários têm livre acesso
- ☐ O interior do prédio não possui piso podotátil nos ambientes de circulação que os usuários têm livre acesso
- ☐ Outro: _____

Acessibilidade arquitetônica para usuários (internos e externos): quais destes itens estão presentes nas instalações do Arquivo? *

Neste item está descrito algumas outras formas de eliminação das barreiras ambientais físicas nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos

- ☐ Possui banheiros adaptados (para uso de cadeirantes, idosos, entre outros)
- ☐ Vagas preferenciais no estacionamento (ou nas proximidades do local do acesso principal e/ou secundário que seja acessível) para pessoas com limitação física ou mobilidade reduzida
- ☐ Calçadas do entorno do acesso principal em bom estado de conservação para circulação, sem obstruções
- ☐ Calçada do entorno do acesso principal com rampas e piso podotátil
- ☐ Portas de acesso aos ambientes que o usuário acessa possuem largura maior que 80 centímetros (para o livre acesso de pessoas com equipamentos de apoio à mobilidade como, por exemplo, cadeirantes)
- ☐ Há a disponibilidade de equipamentos de auxílio à mobilidade para uso estrito no interior do Arquivo para usuários com dificuldades de locomoção
- ☐ Há boa iluminação nos ambientes que o usuário acessa (para facilitar a adaptação sensorial de pessoas com baixa visão)
- ☐ Piso das instalações nos ambientes que o usuário acessa é antiderrapante e sem desnível, sendo assim, pouco propício a resvalos (estando seco) ou tropeços
- ☐ Existe mesa/balcão de atendimento aos usuários localizado em rota acessível
- ☐ Existe mesa/balcão de atendimento aos usuários localizado sem ou distante de uma rota acessível
- ☐ Não há mesa/balcão de atendimento aos usuários, porém há servidores que prestam o atendimento aos usuários quando necessário e estão devidamente instruídos para tal serviço
- ☐ Mobiliário das salas de consulta que atendem possíveis especificidades de usuários com deficiência
- ☐ Há terminais de consulta por meio de computadores com trajeto até eles acessível
- ☐ Há terminais de consulta por meio de computadores com altura acessível para cadeirantes ou pessoas com mobilidade reduzida
- ☐ Há mapas táteis no interior do conjunto arquitetônico para auxiliar a localização dos ambientes
- ☐ Outro: _____

Acessibilidade arquitetônica das instalações da APERS - imagens

Insira aqui imagens das instalações do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul para ilustrar que há (ou não) no prédio intervenções que possibilitam a acessibilidade arquitetônica. Este item é opcional, porém será de grande valia para a compreensão da situação arquitetônica, assim como será útil para ilustrar aos leitores no trabalho (com os devidos créditos) as características arquitetônicas de acessibilidade presentes nas instalações prediais da APERS.

Acessibilidade comunicacional

A acessibilidade comunicacional, segundo Sassaki (2002), refere-se a eliminação das barreiras na comunicação entre as pessoas (face a face, língua de sinais), na escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila e afins, incluindo textos em braille, uso do computador portátil) ou virtual (acessibilidade digital). Sendo assim, a acessibilidade comunicacional é ofertar recursos, atividades e bens culturais que promovam a autonomia aos indivíduos que necessitam de serviços específicos para acessar tais conteúdos. Alguns exemplos de acessibilidade comunicacional é o uso de legendas, janela de Libras, audiodescrição, dublagem, e impressões em braille.

Acessibilidade comunicacional para usuários (internos e externos): quais destes itens a seguir estão presentes no Arquivo? *

- ☐ O conteúdo do site do Arquivo é acessível, sendo seu uso adaptável por diferentes dispositivos de acesso (conforme diretrizes do eMAG)
- ☐ O acervo documental analógico essencialmente textuais estão também em formato digital, sendo possível processá-los em sistemas de leitura, ampliação de tela, versão sonora do seu conteúdo (ex.: audiodescrição)
- ☐ O acervo documental analógico com conteúdo imagético, parcial ou integralmente, estão também disponíveis na versão visual ampliada, ou na versão sonora (audiodescrição), ou na versão tátil (ex.: mapas táteis)
- ☐ O acervo essencialmente sonoro estão também disponíveis em texto, para possibilitar, por exemplo, seu uso em versões ampliadas ou Braille
- ☐ Os acervos natodigitais ou representantes digitais estão processáveis para o uso, por exemplo, via sistema de leitura ou ampliação de tela
- ☐ Os instrumentos de pesquisa estão todos em formato digital, e estão processáveis para o uso, por exemplo, via sistema de leitura ou ampliação de tela
- ☐ Todo processo de busca ou solicitação de pesquisa por meio digital está processável para o uso, por exemplo, via sistema de leitura ou ampliação de tela, e não há barreiras comunicacionais como, por exemplo, o uso de reCAPTCHA
- ☐ Todo processo de busca ou solicitação de pesquisa de acervos não indexados possui um serviço de atendimento ao usuário que apresenta múltiplos meios de comunicação como, por exemplo, e-mail, telefone, ou atendimento on-line
- ☐ Todo processo de pesquisa presencial tem a disposição, quando previamente solicitado, dispositivos tecnológicos de audiodescrição ou servidor para desempenhar tão função

- ☐ Todo processo de pesquisa presencial tem a disposição, quando previamente solicitado, de um intérprete de libras
- ☐ O menu e/ou caminhos de menus para solicitar acesso à informação no site é intuitivo
- ☐ Todo processo de solicitação de visita guiada por meio digital pelo site está processável para o uso, por exemplo, via sistema de leitura ou ampliação de tela, e não há barreiras comunicacionais como, por exemplo, o uso de reCAPTCHA
- ☐ Todo processo de solicitação de visita guiada possui um serviço de atendimento ao usuário que apresenta múltiplos meios de comunicação como, por exemplo, e-mail, telefone, ou atendimento on-line
- ☐ Todas as visitas guiadas têm a disposição, quando previamente solicitado, um intérprete de libras
- ☐ Todas as visitas guiadas têm a disposição, quando previamente solicitado, dispositivos tecnológicos de audiodescrição ou servidor para desempenhar tão função
- ☐ Todas as visitas guiadas têm a disposição, quando previamente solicitado, materiais em Braille descrevendo a visita ou sobre o acervo custodiado
- ☐ Todas as ações educativas tem a disposição, quando previamente solicitado, um intérprete de libras
- ☐ Todas as ações educativas tem a disposição, quando previamente solicitado, dispositivos tecnológicos de audiodescrição ou servidor para desempenhar tão função
- ☐ Todas as ações educativas tem a disposição, quando previamente solicitado, materiais em Braille descrevendo as dinâmicas/conteúdo da ação educativa
- ☐ Outro: _____

Acessibilidade instrumental

A acessibilidade instrumental, segundo Sassaki (2002), refere-se a eliminação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, trabalho, lazer e recreação. Um bom exemplo de acessibilidade instrumental é o uso de tecnologias assistivas, como por exemplo, computadores acessíveis com softwares de leitores de tela ou ampliadores de tela ou de tradução simultânea em libras (avatares de Libras) entre outras ferramentas tecnológicas ou digitais; ou também outros exemplos mais conhecidos como: aparelho de surdez, próteses (para substituir membros ausentes), cadeira de rodas, bengalas, andadores, etc.

Acessibilidade instrumental para usuários (internos e externos): quais destes itens a seguir estão presentes no Arquivo? *

Os itens abaixo que citam sobre "computadores destinados ao uso dos usuários" referem-se a usos diversos, tanto para fins de pesquisa, quanto para uso em ações educativas, por exemplo.

- ☐ O Arquivo dispõe de fotocopidora para ampliação de textos
- ☐ O Arquivo dispõe de equipamentos para ampliação da visualização como lupas e régua de leitura para auxiliar na leitura de acervos documentais analógico como os textuais, cartográficos ou iconográficos (para atender as necessidades de usuários com visão subnormal)
- ☐ O Arquivo dispõe de scanner para digitalizar acervos documentais, com o propósito de realizar o reconhecimento ótico de caracteres, e possibilitar então a transcrição dos respectivos documentos para formatos acessíveis
- ☐ Os computadores destinados ao uso dos usuários (se houver), dispõem de programas específicos (ex.: leitores de tela e/ou de tecnologias assistivas para uso de pessoas com deficiência que necessitam utilizar estes recursos de informática
- ☐ Os computadores destinados ao uso dos usuários (se houver), dispõem de Linhas Braille
- ☐ O Arquivo tem como disponibilizar, se necessário, teclados e/ou mouses alternativos para utilização nos computadores (se houver) destinados aos usuários
- ☐ O Arquivo dispõe de suportes ou meios para elevação dos monitores dos computadores, para que as telas fiquem posicionadas em altura confortável para visualização dos usuários
- ☐ A equipe do Arquivo ajusta as configurações dos computadores e seus dispositivos (mouse, teclado, etc) destinados ao uso dos usuários de acordo com as necessidades sensoriais dele Outro:
- ☐ _____

Acessibilidade metodológica

A acessibilidade metodológica, segundo Sassaki (2002), refere-se a eliminação das barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho e educação, sendo também conhecida como acessibilidade pedagógica. Comumente é relacionado exemplos relacionados à ambientes de ensino, quanto, por exemplo, os professores realizam trabalhos e atividades com o uso de recursos de acessibilidade para alunos com deficiência, ao utilizarem textos em braille ou mesmo com fontes ampliadas, assim como recursos em áudio e vídeo. Porém, a acessibilidade metodológica está presente também nos ambientes de trabalho, como, por exemplo, na análise dos postos de trabalho adequados aos profissionais com deficiência.

Acessibilidade metodológica para usuários (internos e externos): quais destes itens a seguir estão presentes no Arquivo? *

- ☐ As atividades arquivísticas de descrição, difusão, acesso e mediação, assim como os instrumentos de pesquisa resultantes são elaborados levando-se em conta a pluralidade de necessidades que os usuários podem apresentar (físicas, cognitivas, educacionais, entre outros)
- ☐ As atividades das visitas guiadas são elaboradas levando-se em conta a pluralidade de necessidades que os usuários podem apresentar (físicas, cognitivas, educacionais, entre outros)
- ☐ As atividades de ações educativas são elaboradas levando-se em conta a pluralidade de necessidades que os usuários podem apresentar (físicas, cognitivas, educacionais, entre outros)
- ☐ As atividades de ações culturais são elaboradas levando-se em conta a pluralidade de necessidades que os usuários podem apresentar (físicas, cognitivas, educacionais, entre outros) Outro:
- ☐ _____

Acessibilidade programática

Por fim, a acessibilidade programática, segundo Sassaki (2002), refere-se a eliminação das barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas ou regulamentos. Um bom exemplo de acessibilidade programática é promover a adequação de espaços através da eliminação de barreiras já presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros). Analogamente, a acessibilidade programática pode ser alcançada quando traz-se o debate sobre o tema, e através da construção conjunta normas internas são elaboradas e postas em prática, levando-se em conta o contexto do local e dos indivíduos que o constrói.

O tema da acessibilidade programática será aprofundado separadamente no item 6, "Políticas públicas inclusivas frente a realidade dos Arquivos", a seguir.

6 - Políticas públicas inclusivas frente a realidade dos Arquivos

Segundo Jaramillo (2006), as políticas públicas são conceituadas como instrumentos de ação para atingir objetivos de interesse comum e bem-estar geral, os quais são construídos não somente pelo Estado, mas principalmente pela sociedade. Para a concepção e manutenção e aplicação de uma política pública, por ser um processo dinâmico, necessita da participação de diversos atores, além de ser inconstante e de demandar diversas reavaliações e alterações ao decorrer do tempo.

No que se refere às leis, decretos, normas e outros dispositivos legais que abordam as temáticas das políticas públicas e políticas inclusivas e que podem ser aplicadas em instituições arquivísticas públicas, vale aqui mencionar algumas delas que possuem relevância dentro do debate de políticas públicas inclusivas no contexto arquivístico, como é o caso da:

--- Lei Federal nº 10.098/ 2000, ou Lei de Acessibilidade: estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida ;

-- Decreto Federal nº 6949/ 2009: promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo;

--- Lei Federal nº 12.527/ 2011, ou Lei de Acesso à Informação (regulamentada pelo Decreto nº 7.724/ 2012): prevê que órgãos e entidades públicas possam garantir o acesso de suas informações a qualquer cidadão;

--- Decreto Estadual Nº 49.111/ 2012: Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Estadual, a Lei Federal nº 12.527, e cria a Comissão Mista de Reavaliação de Informações da Administração Pública Estadual – CMRI/RS ;

--- Decreto Federal nº 5.296/ 2004: regulamenta as leis nº10.048/ 2000, e 10.098/ 2000, as quais respectivamente dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

--- Lei Federal nº 13.146/ 2015, ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência): visa assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania ;

--- Lei Estadual nº 13.320/ 2009: Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado do Rio Grande do Sul;

--- NBR 9050/ 2020: norma brasileira de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos ;

--- eMAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (institucionalizada pela Portaria nº 03/2007 e atualizada pela Portaria nº 41/ 2019): recomendações a serem consideradas para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro de forma padronizada e de fácil implementação ;

--- Nota Técnica 01/2014/FADERS (da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul): aborda orientações envolvendo a terminologia e a acessibilidade dentro dos espaços públicos do Estado do RS .

Marque quais dos dispositivos legais citados acima são implementados na instituição. *

- ☐ Lei Federal nº 10.098/ 2000 (ou Lei de Acessibilidade)
- ☐ Decreto Federal nº 6949/ 2009
- ☐ Lei Federal nº 12.527/ 2011 (ou Lei de Acesso à Informação)
- ☐ Decreto Estadual Nº 49.111/ 2012
- ☐ Decreto Federal nº 5.296/ 2004
- ☐ Lei Federal nº 13.146/ 2015 (ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência)
- ☐ Lei Estadual nº 13.320/ 2009
- ☐ NBR 9050/ 2020
- ☐ eMAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico Nota Técnica
- ☐ 01/2014/FADERS
- ☐ Outro: _____

Há dentro da instituição algum projeto envolvendo a aplicação de políticas públicas inclusivas nas ações de acesso, difusão e/ou mediação do acervo? *

Se preferir pode indicar fontes ou links que remetam a estas informações.

Na sua percepção, quais ações necessárias para implementar na instituição práticas mais inclusivas que então beneficiem os usuários com deficiência (como, por exemplo, necessidade de aumento dos recursos materiais/humanos, capacitação dos recursos humanos, etc)? *

Há alguma questão que você gostaria de pontuar sobre a existência de políticas e/ou ações no APERS, que tratem de acesso à informação, acessibilidade dos acervos, e procedimentos existentes para mediação informacional do público de pessoas com deficiência, e que por ventura não foram anteriormente abordados?
